

Proc. Administrativo 4- 643/2026

De: Maria P. - SMGP - SAAG - LIC

Para: SMDES - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Data: 22/10/2026 às 09:01:00

Setores envolvidos:

SMDES, SMJC, SMGP - SAAG - LIC, SMGP - SAAG - COMP, SASUSTENTAVEL

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA: Aquisição dos itens remanescentes para o Centro de Educação Ambiental de Iguape (CEA)

Edital e anexos para assinatura.

—

Atenciosamente,

Maria Claudia da Silva Pio

Secretária Adjunto de Planejamento

Anexos:

EDITAL_PR_E_0362026_EQUIPAMENTOS_SUSTENTAVEL.pdf

ESTUDO_TECNICO_PRELIMINAR.pdf

TERMO_DE_REFERENCIA.pdf



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 643/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 057/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

1.1. O Município de Iguape, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ nº 45.550.167/0001-64, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo licitatório:

I - Regime legal: [Lei nº 14.133/2021](#), Lei Complementar nº 123/2006 (art. 4º) e o Decreto Municipal nº 3.125/2023.

II- Modalidade: **Pregão Eletrônico** (art. 6º, XLI, da [Lei 14.133/2021](#)).

III- Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE (art.82 inciso V)**

IV- Modo de disputa: **ABERTO** (art. 56, I da [Lei 14.133/2021](#))

V- Plataforma (Portal): **Bolsa de Licitações do Brasil – BLL** www.bll.org.br

VI- Data da Sessão Pública: **10/11/2026**

VII- O recebimento das propostas dar-se-á a partir das **08h00min do dia 23/10/2026 até as 08h00min do dia 10/11/2026**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (**Acesso Identificado**), observados a data e horário limite acima estabelecidos.

IX-A abertura das propostas ocorrerá as 08h30min do dia 10/11/2026.

X-Início da sessão de disputa de preços: às 09h00min do dia 10/11/2026

XI – Condução do processo licitatório: Pregoeiro e Equipe de Apoio — Servidores Designados pela Portaria de nº 129/2025.

2-OBJETO

1.2. O objeto deste processo licitatório é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE IGUAPE, CONFORME CONTRATO 059/2025 – CELEBRADO ENTRE O DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A E O MUNICÍPIO DE IGUAPE. (oriundo dos itens fracassados no PR-E 010/2026).**

1.3. **2.2-O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote**, nos termos do (art. 6º, XLI) [Lei 14.133](#), e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.2.1- O objeto está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Termo de Referência (ANEXO I).

2.2.2-Valor do objeto (máximo): R\$ 61.711,41 (sessenta e um mil, setecentos e onze reais e quarenta e um centavos), sendo:

• **Recurso Estadual– R\$ 54.784,75** (cento e noventa e quatro mil e setecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos);

• **Contrapartida- Recurso Próprio: R\$ 6.926,66** (cinquenta e um mil, setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

3-PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1- As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente (2026);

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável

✓ **Recurso Estadual**

Unidade Orçamentária: 02.32.00, Ficha n.º 309, Funcional Programática: 18.541.0026.2043, Categoria Econômica: 4.4.90.52.00, Destinação de Recursos: 02.100.0098;

Unidade Orçamentária: 02.32.00 Ficha n.º 349 Funcional Programática: 18.541.0026.2043 Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 Destinação de Recursos: 02.100.0020;



✓ **Recurso próprio**

Unidade Orçamentária: 02.32.00 Ficha n.º 294 Funcional Programática: 18.541.0026.2043
Categoria Econômica: 3.3.90.30 Destinação de Recursos: 01.110.0000;

4-ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1- Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. art.164 da Lei nº 14.133/2021.

4.2- A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3- Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

5-DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1- Poderão participar deste Pregão os licitantes que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital, que comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos e que manifestem formalmente o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, inclusive no que se refere aos custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas.

5.2- VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME artigo 14 da Lei 14.133/2021.

5.2-São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

- a)** - Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
- b)** - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- c)** - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d)** - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

e) - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si;

f) - Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de



adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g) - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

6-DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)

6.1. O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

6.2. O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

6.3. O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar. **(Anexo II).**

6.4. As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanece durante toda a duração do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

7-APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.1. Conforme **art. 4º da Lei nº 14.133/2021**, aplicam-se as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, **não são aplicadas:**

a)- No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

b)- No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

c) A Lei Complementar nº 123/2006, conforme art. 1º, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

7.2- Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, **consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte:**

I-Sociedade empresária;

II-Sociedade simples;

III-Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
Estância Balneária – Princesa do Litoral Sul



IV-Empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil:

- a) Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços;
- b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

7.2. As microempresas ou empresas de pequeno porte indicadas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 devem estar devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

- I - No caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- II - No caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);
- III - No caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.3. Os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam ao Microempreendedor Individual – MEI que:

- I - Tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$81.000,00 (oitenta e um mil reais);
- II - Optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista no art. 18-A da LC 123/2006;
- III - Seja empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 do Código Civil.

7.4. Também se considera Microempreendedor Individual – MEI para a Lei Complementar nº 123/2006 o empreendedor que exerça:

- I - As atividades de que trata o § 4º-A do art. 18-A:

§ 4º-A Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista.

- II - As atividades de que trata o § 4º-B do art. 18-A, estabelecidas pelo CGSN:

§ 4º-B O CGSN determinará as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento de que trata este artigo, de forma a evitar a fragilização das relações de trabalho, bem como sobre a incidência do ICMS e do ISS.

- III - As atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural.

7.5. As disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei nº 11.488/2007, art. 34).

7.6. Para obtenção dos benefícios, conforme **art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021**, o licitante deverá apresentar declaração que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II). **(Anexo II).**

7.7. Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no **art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021**.



8-PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS Artigo 15 da Lei 14.133/2021

8.1- É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada.

8.2- A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

8.3- A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

8.4- Na fase de habilitação:

I-TÉCNICA: é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

II-ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado;
- b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação (art. 15, § 1º); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.5- A assinatura do contrato será condicionada à:

- I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

9-PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

9.1- Conforme **art. 16 da Lei nº 14.133/2021**, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I- A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial as leis:

- a) Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 — Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
- b) Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 — Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOO; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- c) Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 — Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.2- A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

9.3- Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

9.4- O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.



9.5- Conforme art. 34 da Lei nº 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.

10-DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL

10.1- A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou diretamente do licitante) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

10.2- Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

10.3- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

10.4- Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, telefone: (041) 3042-9909 – até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas e início do pregão.

10.4.1- A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto, e deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) - Termo de Credenciamento (instrumento particular de mandato), declarando cumprir as exigências do Edital, bem como outorgando poderes específicos de sua representação (direta ou indireta) no pregão, **conforme modelo do Anexo III;**

10.5- O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante, sendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, provedora do sistema eletrônico.

10.5.1- As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, ou pela própria Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no sistema de compras do sit

10.6- A participação do licitante no Pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL e contratada para representá-lo, a qual deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

10.7- O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

10.7.1- A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

10.7.2- Serão de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso



em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.8- O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

10.9- Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: Curitiba- PR (41) 3042-9909, e-mail: contato@bll.org.br, ou através de uma corretora de mercadorias associada.

11-FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO - art. 17 da Lei 14.133/2021.

11.1- Para este certame, a fase de **PROPOSTA** será anterior à fase de **HABILITAÇÃO**.

11.1.2-A a apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

12-DAS PROPOSTAS

12.1- Os licitantes encaminharão, exclusivamente a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

12.2- As propostas serão apresentadas de duas formas distintas, sendo a primeira cadastrada diretamente no sistema eletrônico e a segunda, a ser apresentada pela empresa vencedora de cada item, após a finalização da fase de lances.

12.2.1- O preenchimento da proposta eletrônica deverá, obrigatoriamente, ser efetuado por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema/digitação de proposta. A não inserção de arquivos e/ou as informações acerca das especificações, das marcas e os modelos dos produtos, não estiverem presentes ou divergirem do solicitado nas especificações do Termo de Referência - Anexo I para cada item deste edital, implicará na desclassificação da empresa licitante, face à ausência de informações suficientes para classificação da proposta.

12.3- Ao cadastrar sua proposta pelo sistema eletrônico o proponente deverá postar apenas o **MENOR VALOR POR LOTE**.

12.4- O cadastro da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.

12.5- O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

12.6- Quanto ao valor da proposta cadastrada eletronicamente, todas entrarão na disputa de lance, porém somente será classificado o valor da proposta que estiver dentro do valor estimado/máximo.

12.7- É vedada a cotação de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

12.7.1-Não será obrigatório a apresentação de proposta para todos os LOTES, podendo a licitante apresentar proposta somente para os LOTES de seu interesse.

12.8- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução da obra.

12.9- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.10- O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



12.11-Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12.11.1– Intervalo entre os lances: o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (**um por cento**).

12.12-CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA (arts. 33 ao 39 e 56 da LEI 14.133/2021).

12.12.1-Para elaboração das propostas o licitante deve:

I - Apresentar sua proposta com valor não superior ao valor máximo indicado pela Administração Pública Municipal;

II- Elaborar sua proposta levando em consideração a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem ou serviço.

12.12.2-O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (**art. 13,I da Lei nº 14.133/2021**), sob pena de incursão no art. 337-J do Código Penal.

12.12.3-O licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

12.12.4-Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.12.5-Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

12.12.6- As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

12.12.7-Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.12.8-A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicados no preâmbulo deste edital, na plataforma **Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br)**.

12.12.9-Durante a sessão pública, a comunicação entre o **pregoeiro** e os licitantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.12.10-Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

12.12.11-Aberta a etapa de lances, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

12.12.12-Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **ABERTO: (art.56 da Lei 14.133/2021)**.

I - ABERTO:



a) 10 (dez) minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;

b) A prorrogação automática será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;

c) Não havendo novos lances nos últimos 02 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;

12.12.13-Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;

a) Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

b) Durante o envio de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;

c) Se ocorrer a desconexão do **pregoeiro** no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.12.13-No caso de a desconexão do **pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio **www.bll.org.br**.

13-VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

13.1-Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

I- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

II- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

III-Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

IV- Lista de apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCSP -
<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>

V-Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça
(http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

13.2- A consulta **ao cadastro CNCIAI** será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992. 13.2.1- Constatada a existência de sanção impeditiva, o pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

13.2.1- Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

13.2.2-Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

14-DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS (art. 59 da Lei 14.133/2021).

14.1-Serão desclassificadas as propostas que:



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
Estância Balneária – Princesa do Litoral Sul



- I - Contiverem vícios insanáveis;
 - II- Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
 - IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;
 - V- Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
 - VI- Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.
- 14.2-** A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

14.3-EXEQUIBILIDADE:

14.3.1- A Administração Pública Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto **em IV do tópico 14.1 (art. 59 § 2º da Lei 14.133/2021)**.

14.4-EMPATE: (art.60 da Lei 14.133/2021)

14.4.1- Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem.

- I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;
- III - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

14.5-DIREITO DE PREFERÊNCIA: (art.60 § 1º da Lei 14.133/2021).

14.5.1- Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I- Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que se localize;
- II- Empresas brasileiras;
- III- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

14.5.2- As regras previstas não prejudica a aplicação do dispositivo no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006. **(art.60 § 2º da Lei 14.133/2021)**.

“Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.



14.6-NEGOCIAÇÃO: (Art.61 da Lei 14.133/2021).

14.6.1- Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

14.6.2- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.6.3- A negociação será conduzida pelo **pregoeiro**, conforme regulamento municipal, realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.6.4- Se a proposta for desclassificada o **pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

14.6.5- DA APRESENTAÇÃO DA FICHA TÉCNICA

14.6.5.1- Com a finalização das fases de lances, a licitante declarada vencedora deverá encaminhar, **no prazo de até 02 (duas) horas**, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico:

FICHA TÉCNICA, que poderá ser apresentada da seguinte forma:

- **Catálogo do produto, Ficha técnica ou Link do site do fabricante contendo a Marca / modelo e especificações técnicas completas;**
- **A ausência do catálogo/ ficha técnico ou link do site do fabricante, poderá ensejar a desclassificação da proposta, caso inviabilize a análise da compatibilidade entre os produtos ofertados e as exigências do Estudo Técnico e Termo de Referência.**

14.7-DA FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS ATUALIZADA

14.7.1- Com a finalização das fases de lances e de habilitação da sessão pública virtual, a licitante declarada vencedora deverá encaminhar seus lances finais e vencedores na proposta nos termos **do modelo da Proposta de Preços Final – Anexo II deste Edital**, em papel timbrado da empresa, sem rasuras ou emendas, **no prazo de até 02 (duas) horas**, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, porrogável por igual período mediante manifestação por parte da empresa e aceitação do pregoeiro .

14.7.1.1- A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico do proponente devidamente identificado, contendo identificação do proponente, endereço, telefone e e-mail e dados bancários (banco, agência e conta bancária).

14.7.2- Na proposta atualizada, os valores máximos unitários deverão ser readequados respeitando o valor máximo estabelecido no orçamento prévio, para cada um dos itens em questão.

14.7.3- O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar faltante, desde que não comprometa a proposta original, no prazo por ele definido, sob pena de não aceitação da proposta.

14.7.4- Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal e do responsável técnico do proponente devidamente identificado.

14.7.4.3- Validade por um prazo não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data fixada para o recebimento da proposta;

15-DA HABILITAÇÃO

15.1- Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação (art. 62º e 63º II da Lei 14.133/2021), **o qual terá o tempo**



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
Estância Balneária – Princesa do Litoral Sul



máximo de até 02 (duas) horas para anexar no sistema, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, prorrogável por igual período mediante manifestação por parte da empresa e aceitação do pregoeiro .

15.3- Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitido a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de deligência para :(**art. 64 da Lei 14.133/2021**):

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

15.3.1- Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação. (**art.64 §1º da Lei 14.133/2021**).

15.4- Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão delicitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento. (**art.64 §2º da Lei 14.133/2021**).

15.5- Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

15.6- Em se tratando de licitante indicado no item 7 deste edital, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal.

15.7.- A não regularização da documentação no prazo previsto anteriormente implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao agente de contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15.8-A documentação para fins de habilitação é constituída de:

15.8.1-DECLARAÇÕES -Anexo II do edital

a) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas. (**art.62§ 1º da Lei 14.133/2021**);

b) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (**art. 62 inciso IV da Lei 14.133/2021**);

c) DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68 da Lei nº 14.133/21, bem como inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;



d) Que não incorre nas vedações previstas na Lei nº14.133/2021, assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a **Administração Pública no caso de incorrer;**

e) Nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o licitante no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II), sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o **art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021;**

f) Estar ciente de todas as informações apresentadas, como também comprometo-me a atender e respeitar as especificações técnicas e informações evidenciadas em edital e nos demais anexos;

g) Que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar;

15.8.2-HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.8.2.1-Comprovação de existência jurídica da pessoa, através de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

15.8.2.1.1-Documento do representante legal com foto.

15.8.3-HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: (art.68 da Lei 14.133/2021).

a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ),

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Regularidade perante a Fazenda Federal; CND (certidão Nacional de Débitos) nos termos do artigo 195§3º da Constituição Federal ;

d) Regularidade perante a Fazenda Estadual; relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.

e) Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;

f) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);

15.8.3.1- Em todos os casos supra, será aceita certidão positiva com efeito de negativa, bem



como a comprovação da regularidade fiscal deverá ser referente à atividade exercida pela licitante e aos tributos que a ela incidem.

15.8.4-HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

15.8.4.1- Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame ;(art. 69 inciso II da Lei 14.133/2021).

15.8.5-HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, que deverá ser apresentada através de no mínimo 01 (uma) certidão, ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento satisfatório de mercadorias semelhantes às licitadas.

16-DAS IMPUGNAÇÕES DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DOS RECURSOS

16.1-Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. **(art.164 da Lei 14.133/2021).**

16.1.1-A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. **(art.164 da Lei 14.133/2021).**

16.2- Cabem recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de: **(art.165 da Lei 14.133/2021).**

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

16.3- Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

16.4- Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do **subitem 16.2**, serão observadas as seguintes disposições:

16.5- A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no **subitem 16.2**, será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no **§ 1º do art.17 desta Lei**, da ata de julgamento;

16.5.1- a apreciação dar-se-á em fase única. **(art.165 inciso II da Lei 14.133/2021).**

16.5.2-O recurso de que trata o **subitem 16.2**, será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos. **(art.165 § 2º da Lei 14.133/2021).**



16.5.3-O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento. **art.165 § 3º da Lei 14.133/2021).**

16.5.4-O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso. **(art. 165 §4º da Lei 14.133/2021).**

16.5.5-Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. **.(art. 165 §4º da Lei 14.133/2021).**

16.5.6- Da aplicação das sanções previstas nos **incisos I (advertência), II (multa) e III (impedimento de licitar e contratar) do caput do art. 156 desta Lei** caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

16.5.6.1- O recurso de que trata o **subitem 15.5.6**, será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.5.7-Da aplicação da sanção prevista no **inciso IV (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) do caput do art. 156 desta Lei**, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.5.8-O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente. **(art.168 da Lei 14.133/2021).**

16.5.9- As razões e contrarrazões serão recebidas **EXCLUSIVAMENTE** por meio de campo próprio no Sistema da plataforma BLL.

17-DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1-Conforme **art. 71 da Lei nº 14.133/2021**, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I-**Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II-**Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III-**Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV-**Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17.2-Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa. **(art. 71 §1º da Lei 14.133/2021).**

17.3-O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado. **(art.71 § 2º da Lei 14.133/2021).**

17.4-Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados. **(art.71 § 3º da Lei 14.133/2021).**

18-CONTRATO ADMINISTRATIVO



18.1-O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. **(art. 89 da Lei 14.133/2021).**

18.1.1. A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. **(art.90 da Lei 14.133/2021).**

18.1.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração. **(art. 90§1º Lei da 14.133/2021).**

18.1.1.2. Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor. **(art. 90§ 2º Lei da 14.133/2021).**

18.1.1.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos. **.(art. 90§ 3º Lei da 14.133/2021).**

18.1.1.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do **subitem 18.1.2.2**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá **(art.90 §4º da Lei 14.133/2021):**

a- Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b- adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.1.1.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante **(art. 90, § 5º da Lei 14.133/2021)**, sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do **subitem 18.1.2.4 letra “ a” (art.90 §6º da Lei 14.133/2021).**

18.1.2.6- Poderá a Administração convocar os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos **subitens 18.1.2.2 e 18.1.2.4. (§§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021).**

18.1.2. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial. **(art. 91 da Lei 14.133/2021).**

18.1.3. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento. **art. 91 § 3º da Lei 14.133/2021).**

18.1.3.1. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem



juntadas ao respectivo processo. **(art.91 §4º da Lei 14.133/2021).**

18.1.4. Os contratos administrativos obedecerão ao disposto no **art. 92 da Lei nº 14.133/2021.**

18.1.5- Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, em conformidade com o **art 124 da Lei 14.133/2021.**

18.1.6- Nas alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, **acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), **não podendo transfigurar o objeto da contratação. (art.125 e 126 da Lei 14.133/2021).**

18.1.6.1- A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês. **(art.132 da Lei 14.133/2021).**

18.1.7- Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações **(art.137 da Lei 14.133/2021):**

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II- Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;

V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;

IX - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.1.7.1- As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições: **(art.137 §3º da Lei 14.133/2021).**

I - Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II- Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da **alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.**

18.1.8- O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses: **(art.137 §2º da Lei 14.133/2021).**

I - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
Estância Balneária – Princesa do Litoral Sul



14.133/2021;

II- Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V- Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

18.1.8.1-A extinção do contrato poderá ser: (art.138 da Lei 14.133/2021).

I -Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.1.8.2-A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo. (art.138 da Lei § 1º 14.133/2021).

18.1.8.3-Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a: (art.138 §2º da Lei 14.133/2021).

I-Devolução da garantia;

II-Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III-Pagamento do custo da desmobilização.

18.1.8.4-A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:(art.139 da Lei 14.133/2021).

18.1.8.7- Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, (art.147 da Lei 14.133/2021).

18.1.8- DA VALIDADE DO CONTRATO

a) O contrato firmado como resultado do presente procedimento licitatório, permanecerá válido por um período de 90 (noventa) dias, contados da data da sua assinatura; podendo ser prorrogado com fundamento no Art.105 Lei 14.133/2021, se houver necessidade e interesse da CONTRATANTE, observando-se os procedimentos legais; sendo necessário para tanto, a elaboração de um termo aditivo, a ser assinado por ambas as partes.

18.1.9-Obrigações do CONTRATADO:

I- Dos direitos:

A- Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

II-Das Obrigações:

18.1.91- - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado;



- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- c) Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento.

18.1.9.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto desta licitação de acordo com as especificações do Edital de licitação, responsabilizando-se pela exatidão dos fornecimentos, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- b) Prestar garantia a partir do termo de aceite dos itens, durante o qual correrão por sua conta as despesas de qualquer natureza.
- c) Prover o adequado transporte do objeto da presente licitação;
- d) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- f) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;
- g) Comunicar à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça o fornecimento;
- h) Cumprir todas as orientações da CONTRATANTE para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- i) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato para terceiros;
- j) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;
- k) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, facultada a supressão além desse limite;
- l) ***Cumprir também todas as obrigações contidas no termo de referência ANEXO I do edital, no qual faz parte integrante das obrigações da contratada.***

18.2. GESTÃO e FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.2.1. A gestão e a fiscalização do contrato será designada por servidor da secretaria solicitante em conformidade com o termo de referência, mediante portaria, sendo responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no **art. 117 da Lei nº 14.133/21**.

19-DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

19.1- Os produtos solicitados deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias úteis a contar da solicitação feita através de ordem de compra;

19.2- Devendo ser entregue no seguinte endereço:

a) Sede do Almoxarifado Central da Prefeitura de Iguape (RUA RICARDO KRONE Nº 720 VILA GARCÊZ – IGUAPE / SP. CEP: 1920-000);

b) Horário de entrega: das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30.

19.3 – Os equipamentos deverão ser entregues novos, em perfeitas condições de uso, sem avarias ou embalagens violadas, acompanhados de manuais, cabos, acessórios e garantias.

19.4 – A CONTRATADA será responsável pelo transporte, seguro e acondicionamento adequado dos equipamentos até o local de entrega, garantindo sua integridade.

19.5 – A execução será concluída com o recebimento provisório, seguido da verificação de conformidade por comissão designada, e posterior recebimento definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

19.6 – A CONTRATADA deverá garantir assistência técnica durante o período de garantia legal ou contratual, comprometendo-se à substituição imediata dos itens que apresentarem defeitos



de fabricação ou incompatibilidades com as especificações exigidas.

19.7- A entrega deverá ocorrer de forma integral por lote, observando-se as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

20-RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1-O objeto será recebido: (art.140 da Lei 14.133/2021).

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

20.2- Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme Decreto Municipal nº 3.125 de 29 dezembro 2023 .

a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado informando o término da execução;

b) Deinitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

20.3- DA GARANTIA

20.3.1- A empresa contratada deve fornecer garantia mínima de 12 meses para os itens do presente contrato em conformidade com cada item descrito no termo de referência anexo I deste edital, contra vícios ocultos, defeitos e inadequação de embalagens e produtos, ficando o licitante vencedor responsável por todos os encargos decorrentes destas garantias.

21-PAGAMENTO DO OBJETO

21.1- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a data do ateste de conformidade, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, desde que a nota fiscal e os documentos exigidos estejam devidamente protocolados na plataforma 1Doc.

21.2- No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos **(art.141 da Lei 14.133/2021):**

I - Fornecimento de bens;

II- Locações;

III- Prestação de serviços;

IV- Realização de obras.

21.3- A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas — TCE/SP, exclusivamente nas seguintes situações



(art.141§1º da Lei 14.133/2021):

- I - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II- Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- IV - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- V - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

21.3.1-A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.

(art.141§2º da Lei 14.133/2021):

21.4-A Administração Pública Municipal deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

(art.141§ 3º da Lei 14.133/2021):

21.5-No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

(art.143 da Lei 14.133/2021):

21.6-Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços. **(art.145 da Lei 14.133/2021).**

21.6.1. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser **previamente justificada** no processo licitatório. **(art.145§1º da Lei 14.133/2021).**

21.6.2. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido. **(art.145§ 3º da Lei 14.133/2021).**

21.7-No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 — Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito. **(art.146 da Lei 14.133/2021).**

22-PENALIDADES

22.1-O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções: **(art.155 da Lei 14.133/2021).**

I-Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II-Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III -Dar causa à inexecução total do contrato;

IV-Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V-Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI-Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
Estância Balneária – Princesa do Litoral Sul



VII- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 — Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

22.2- Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas: **(art.156 da Lei 14.133/2021).**

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.2.1- Na aplicação das sanções serão considerados: **(art.156 §1º da Lei 14.133/2021).**

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.2.2- A sanção prevista no **inciso I** do **subitem 22.2.** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista **no inciso I do caput do art. 155 desta Lei**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.2.3- A sanção prevista **no inciso II** do **subitem 22.2.**, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas **no art. 155 desta Lei**.

22.2.4- A sanção prevista no **inciso III** do **subitem 22.2.**, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos **II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.2.5- A sanção prevista **no inciso IV** do **subitem 22.2**, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos **VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos **II, III, IV, V, VI e VII** do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.2.6- A sanção estabelecida **no inciso IV** do **subitem 22.2**, será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, desecretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
Estância Balneária – Princesa do Litoral Sul



de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

22.2.6.1- As sanções previstas nos **incisos I, III e IV** do do **subitem 22.2**, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no **inciso II do subitem 22.2**.

22.2.7- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

22.2.8- A aplicação das sanções previstas no **subitem 22.2**, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.2.9- Na aplicação da sanção prevista no subitem 22.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. **(art.157 da Lei 14.133/2021).**

22.2.10- A aplicação das sanções previstas nos **incisos III e IV do subitem 22.2**, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. **(art.158 da Lei 14.133/2021).**

22.3- Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei. **(art.159 da Lei 14.133/2021).**

22.4- A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. **(art.160 da Lei 14.133/2021).**

22.5- Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. **(art.161 da Lei 14.133/2021).**

22.6- Para fins de aplicação das sanções previstas nos **incisos I, II, III e IV do subitem 22.2**, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos. **(art.161 da Lei 14.133/2021).**

22.7- O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato. **(art.162 da Lei 14.133/2021).**



22.7.1- A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei. **.(art.162 da Lei 14.133/2021).**

22.8- É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou penalidade, exigidos, cumulativamente: **.(art.163 da Lei 14.133/2021).**

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

22.8.1- A sanção pelas infrações previstas nos **incisos VIII e XII do subitem 22.1**, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

23-DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1- Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

23.1.1- Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

23.2- Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);

23.3- O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, sendo que a decisão sobre tal desatendimento poderá ser precedida de parecer jurídico;

23.4- A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

23.4.1- O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

23.5- Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

23.5.1- É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

23.6- É facultado ao **pregoeiro**, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.7-Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP,

II-Página do Município de Iguape (www.iguape.sp.gov.br);

III-Diário Oficial – DOM; DO.E e JORNAL GAZETA

IV-Plataforma **BLL COMPRAS** (www.bll.org.br)

23.8-São anexos deste edital:

I-



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
Estância Balneária – Princesa do Litoral Sul

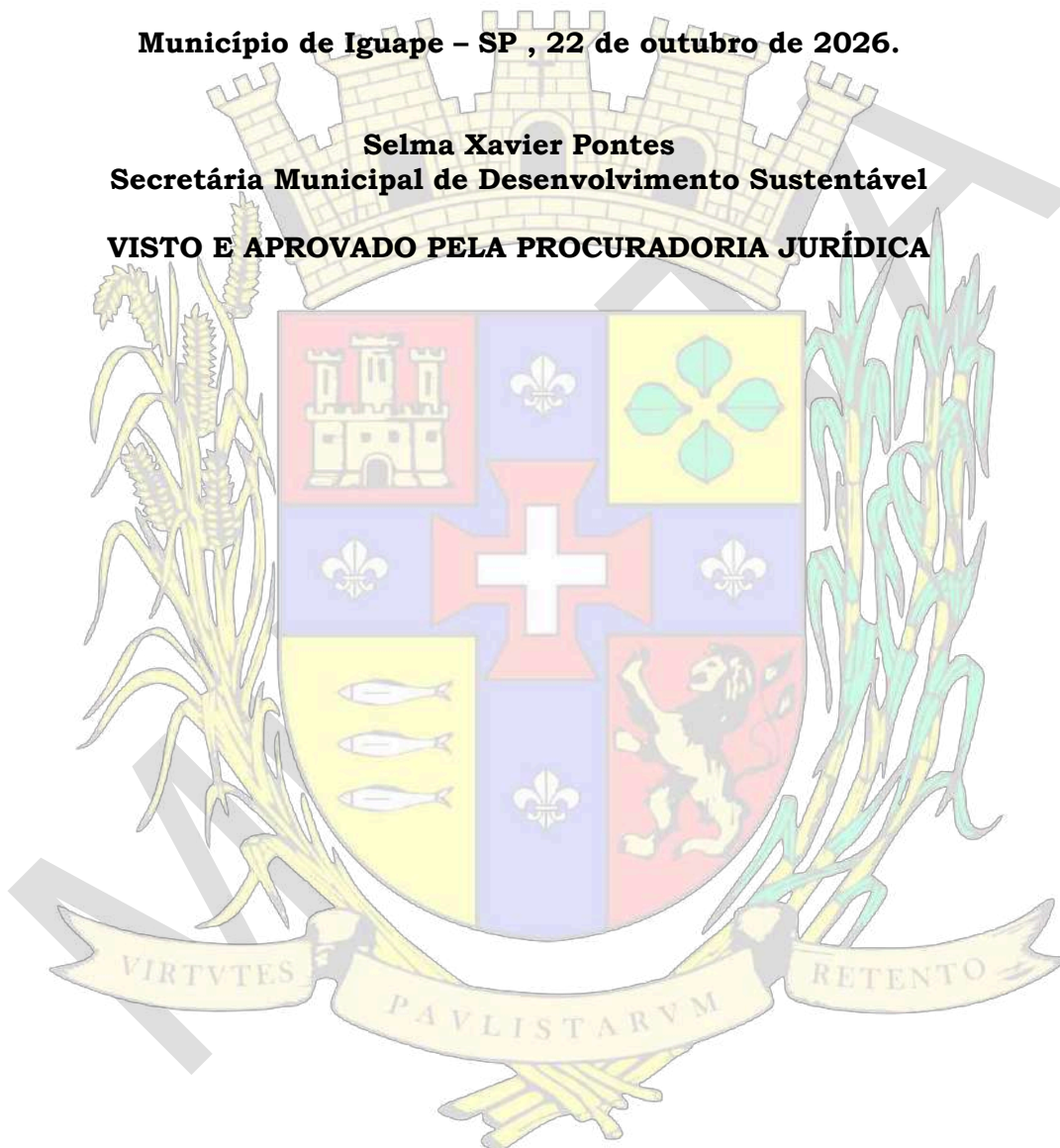


- a) Estudo Técnico Preliminar-ETP
- b) Termo de Referência - TR
- II- DECLARAÇÃO UNIFICADA**
- III- MODELO DE CREDENCIAMENTO**
- IV- MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**
- V- MINUTA DE CONTRATO**
- VI- TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO**

Município de Iguape – SP , 22 de outubro de 2026.

Selma Xavier Pontes
Secretária Municipal de Desenvolvimento Sustentável

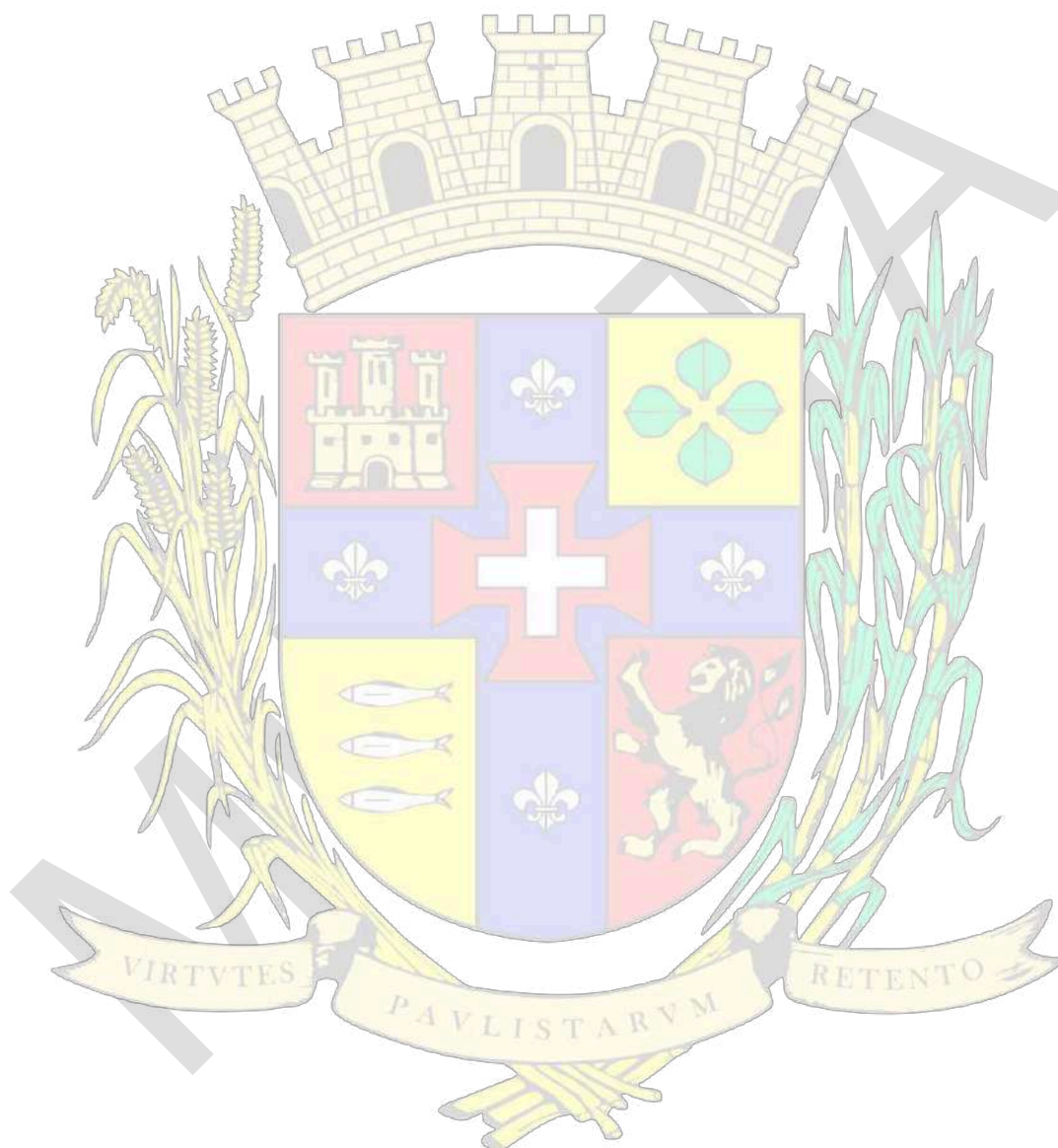
VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA





ANEXO I

- a) ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR-ETP**
- b) TERMO DE REFERÊNCIA - TR**





ANEXO II- DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº036/2026

PROCESSO Nº643/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE IGUAPE, CONFORME CONTRATO 059/2025 – CELEBRADO ENTRE O DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A E O MUNICÍPIO DE IGUAPE. (oriundo dos itens fracassados no PR-E 010/2026).

A empresa _____ (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ sob n.º _____ com sede à Rua _____ (endereço completo da licitante), por seu representante legal _____ (nome e qualificação do representante legal), para fins de participação no procedimento licitatório Pregão Eletrônico Nº 036/2026, e em cumprimento à legislação e regulamentos vigentes, aos quais se submete, **DECLARA** que:

a) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas. **(art.62§ 1º da Lei 14.133/2021);**

b) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas **(art. 62 inciso IV da Lei 14.133/2021);**

c) DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68 da Lei nº 14.133/21, bem como inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;

d) Que não incorre nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a **Administração Pública no caso de incorrer;**

e) Nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o licitante no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II), sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o **art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021;**

f) Estar ciente de todas as informações apresentadas, como também comprometo-me a atender e respeitar as especificações técnicas e informações evidenciadas em edital e nos demais anexos;

g) Que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar;

h) Caso esta empresa venha a sagrar-se vencedora desta licitação, indica o Responsável (is). que assinará (ão) o Termo de Contrato, c/ qualificação completa, cargo que ocupa(m), e, se procurador o instrumento de mandato.

CPF/MF Nº _____ Endereço completo: _____ Conta Corrente pessoa Jurídica

Banco: _____ Agência _____

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
Estância Balneária – Princesa do Litoral Sul



ANEXO III - MODELO DE
CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DA LICITANTE / NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL
TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO
BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 036/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 643/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE IGUAPE, CONFORME CONTRATO 059/2025 – CELEBRADO ENTRE O DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A E O MUNICÍPIO DE IGUAPE. (oriundo dos itens fracassados no PR-E 010/2026).

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Nome (Razão Social):	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ/CPF:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Cargo:	Celular:
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
ME/EPP: () SIM () NÃO	

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
 - a) Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
 - b) Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
 - c) Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
 - d) Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil

e de Intermediação de Operações - (LICITANTE DIRETO) abaixo disposto; e pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Regulamento do Sistema Eletrônico de

Avenida Adhemar de Barros, nº. 1.070 – Porto do Ribeira – Iguape/SP CEP: 11920-000

Fone: (13) 3848-6810 licitacao@iguape.sp.gov.br

Assinado por 2 pessoas: ANTONIO MATHEUS DA VEIGA NETO e JOÃO BATISTA DAMASIO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://iguape.1doc.com.br/verificacao/E917-62D3-A021-0402> e informe o código E917-62D3-A021-0402





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
Estância Balneária – Princesa do Litoral Sul



5. Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

6. **(Cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras)** O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse, realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- Declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- Apresentar lance de preço;
- Apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
- Solicitar informações via sistema eletrônico;
- Interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- Apresentar e retirar documentos;
- Solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- Assinar documentos relativos às propostas;
- Emitir e firmar o fechamento da operação; e
- Praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Célula de Apoio (corretora):
Endereço:
CNPJ:

7. O presente Termo de Adesão é válido até / / , podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES - (LICITANTE DIRETO)
Indicação de Usuário do Sistema

Assinatura Social do Licitante:	
NPJ/CPF:	
Operadores	
Nome:	
CPF:	Assinatura:
Telefone:	Celular:
E-mail:	mail:
Nome:	
CPF:	Assinatura:
Telefone:	Celular:
E-mail:	mail:
Responsável Financeiro	
Nome:	
CPF:	Assinatura:
Telefone:	Celular:
E-mail:	mail:

7 - O Licitante reconhece que:

- A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
Estância Balneária – Princesa do Litoral Sul



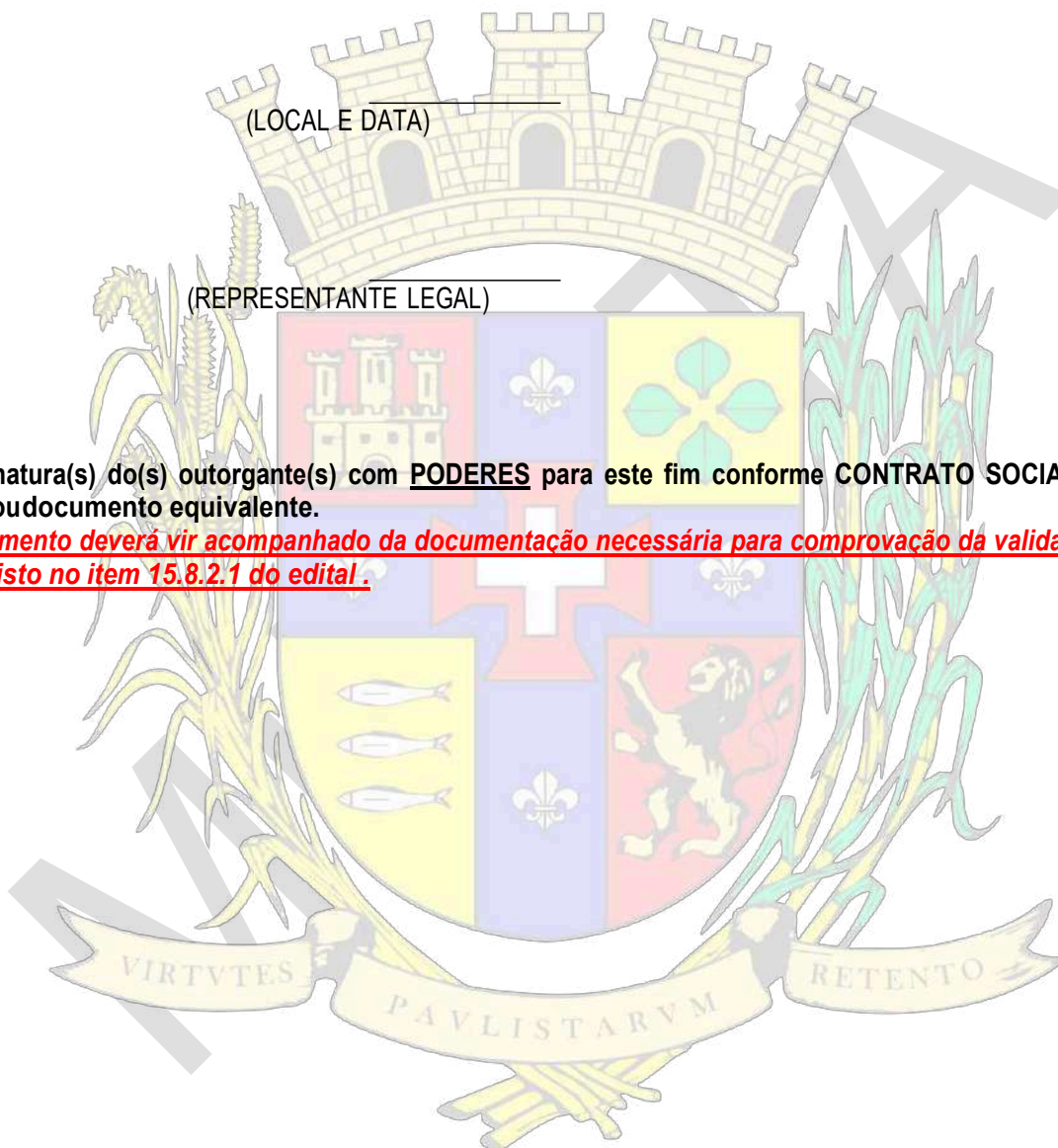
- b) O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- c) Perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;
- d) O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e
- e) O não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

(LOCAL E DATA) _____

(REPRESENTANTE LEGAL) _____

OBS.: 1) Assinatura(s) do(s) outorgante(s) com **PODERES** para este fim conforme CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE, ou documento equivalente.

2) O credenciamento deverá vir acompanhado da documentação necessária para comprovação da validade do mesmo conforme previsto no item 15.8.2.1 do edital.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
Estância Balneária – Princesa do Litoral Sul



IV-MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº036/2026

PROCESSO Nº 643/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE IGUAPE, CONFORME CONTRATO 059/2025 – CELEBRADO ENTRE O DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A E O MUNICÍPIO DE IGUAPE. (oriundo dos itens fracassados no PR-E 010/2026).

À PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE Comissão de Pregão Presencial Prezados Senhores: Apresentamos pelo presente TERMO DE PROPOSTA COMERCIAL, as condições para a contratação do certame licitatório referido acima, conforme valores dispostos na tabela abaixo, compondo o valor global da nossa proposta de R\$ _____ (_____), atendendo a todas as especificações dos serviços detalhadas no Termo de Referência (anexo I do edital):

**Apresentar : a) Catálogo ou ficha técnica*

LOTE 1- EQUIPAMENTOS PERMANENTES

ITEM	QUANT.	UNID.			VLOR UNIT.	VLOR GLOBAL
1	4	UN	0,0000	0,00	0,00	0,00
12.6121 - QUADRO BRANCO TIPO LOUSA, DE GRANDE DIMENSÃO, 200 X 120 CM; SUPERFÍCIE EM CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA REVESTIDA COM PELÍCULA VITRIFICADA BRILHANTE NA COR BRANCA; MOLDURA EM ALUMÍNIO NATURAL; SUPORTE PARA APAGADOR INTEGRADO, EM ALUMÍNIO, COM 25 CM DE COMPRIMENTO;						
MARCA/MODELO:						
2	2	UN	0,0000	0,00	0,00	0,00
12.6128 - MESA DIGITALIZADORA/MESA DE LUZ LED; ÁREA DE TRABALHO: TAMANHO A2 APROX. 20,47 X 12,6; ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA: BIVOLT 110V - 220V, 50/60HZ; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 5V; CONEXÃO: PORTA MICRO-USB; ESTRUTURA: PAINEL DE ILUMINAÇÃO LED ULTRAFINO, COM SUPERFÍCIE RÍGIDA E RESISTENTE; DIMENSÕES DA EMBALAGEM: 660 X 410 X 50 MM;						
MARCA/MODELO:						
3	4	UN	0,0000	0,00	0,00	0,00
12.6131 - ÓCULOS DE REALIDADE VIRTUAL HEADSET VR COM FONES DE OUVIDO INTEGRADOS; CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO INTERNO: 128 GB; EQUIPAMENTO ALL-IN-ONE, NÃO REQUERENDO CONEXÃO PERMANENTE A PC OU CONSOLE PARA FUNCIONAMENTO; TELA LCD INTEGRADA, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1832 X 1920 PIXELS POR OLHO; PROCESSADOR DE ALTO DESEMPENHO, ADEQUADO PARA APLICAÇÕES IMERSIVAS EM REALIDADE VIRTUAL; SISTEMA DE RASTREAMENTO MANUAL INTEGRADO, SEM NECESSIDADE DE SENSORES EXTERNOS; CONECTIVIDADE SEM FIO: BLUETOOTH E WI-FI; CONTROLES INCLUSOS: DOIS CONTROLADORES DE MOVIMENTO SEM FIO COM ALÇAS AJUSTÁVEIS; ITENS DE FÁBRICA DEVEM INCLUIR: HEADSET DE REALIDADE VIRTUAL; DOIS CONTROLADORES DE TOQUE; DUAS PILHAS AA; CAPA DE SILICONE; ESPAÇADOR PARA ÓCULOS; CABO DE CARREGAMENTO; ADAPTADOR DE ENERGIA; PESO APROXIMADO: 830 G; DIMENSÕES APROXIMADAS: 41,6 X 19,3 X 12,7 CM; ESTRUTURA EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM ACABAMENTO NA COR BRANCA; FONTE DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA RECARREGÁVEL COM ADAPTADOR INCLUSO.						
MARCA/MODELO:						
4	1	UN	0,0000	0,00	0,00	0,00
12.6134 - TRITURADORA/FRAGMENTADORA DE PAPEL E CARTÃO - CORTE EM PARTÍCULAS. TIPO DE CORTE: PARTÍCULAS CORTE TRANSVERSAL, CONFORME NORMA DIN 66399, NÍVEL P4; CAPACIDADE MÍNIMA DE TRITURAÇÃO: 25 FOLHAS DE PAPEL A4 70G/M POR PASSAGEM; CAPACIDADE DE CORTE: PAPEL, CARTÕES PLÁSTICOS, CLIPES E MÍDIAS CD/DVD; TAMANHO DO CORTE: MÁXIMO DE 4 X 40 MM; LARGURA DE INSERÇÃO: MÍNIMO DE 220 MM; VELOCIDADE MÍNIMA DE CORTE: 2,5 M/MIN; CAPACIDADE DO CESTO: MÍNIMO DE 30 LITROS, REMOVÍVEL; CICLO DE TRABALHO CONTÍNUO: MÍNIMO DE 30 MINUTOS, COM SISTEMA DE RESFRIAMENTO E PROTEÇÃO CONTRA BRECARGA/SUPERAQUECIMENTO; FUNÇÕES: INÍCIO/PARADA AUTOMÁTICA, REVERSÃO AUTOMÁTICA, PARADA AUTOMÁTICA COM CESTO CHEIO E SENSOR DE PRESENÇA DE PAPEL; ESTRUTURA COM RODÍZIOS PARA MOBILIDADE; POTÊNCIA MÍNIMA: 550W; ALIMENTAÇÃO: BIVOLT 110/220V, 60HZ;						
MARCA/MODELO:						
VALOR GLOBAL LOTE 1- R\$						

Assinado por 2 pessoas: ANTONIO MATHEUS DA VEIGA NETO e JOAO BATISTA DAMASIO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://iguape.1doc.com.br/verificacao/E917-62D3-A021-0402 e informe o código E917-62D3-A021-0402



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
Estância Balneária – Princesa do Litoral Sul



LOTE 2- MATERIAIS DE CONSUMO E SUPRIMENTOS

ITEM	QUANT.	UNID.			VLOR UNIT.	VLOR TOTAL
1	80	UN	0,0000	0,00	0,00	0,00
36.4088 - KIT DE TESTE DE ÁGUA POTÁVEL 16 EM 1 100 TIRAS. KIT COM 100 TIRAS DE TESTE DE ÁGUA; REALIZA A ANÁLISE DE 16 PARÂMETROS: PH, DUREZA, ALCALINIDADE TOTAL, NÍTRITO, NÍTRATO, CLORO LIVRE, CLORO TOTAL, BROMO, FLÚOR, FERRO, COBRE, CHUMBO, MERCÚRIO, CROMO, CARBONATO E ÁCIDO CIANÚRICO; TEMPO DE LEITURA: 60 SEGUNDOS; MATERIAL: PAPEL INDICADOR EM SUPORTE PET; EMBALAGEM: CAIXA/BOLSA COM 100 TIRAS; DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM: 15 CM X 6 CM X 6 CM; PESO APROXIMADO: 94 G; APLICAÇÕES: ÁGUA POTÁVEL, POÇO, SUBTERRÂNEA, TORNEIRA, PISCINA, SPA, AQUÁRIO, LABORATÓRIO E ÁGUA INDUSTRIAL.						
MARCA/MODELO:						
2	5	UN	0,0000	0,00	0,00	0,00
36.4090 - UNIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE IMAGEM/UNIDADE DE CORREIA; COMPATIBILIDADE: IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS A LASER COLORIDAS, MODELOS:HL-L8360CDW; MFC-L8610CDW; MFC-L8900CDW; MFC-L9570CDW; RENDIMENTO ESTIMADO: ATÉ 50.000 PÁGINAS CONSIDERANDO COBERTURA PADRÃO DE 5 EM PAPEL A4; CONDIÇÃO: PRODUTO NOVO, ORIGINAL DE FÁBRICA; EMBALAGEM: LACRADA, COM IDENTIFICAÇÃO DO LOTE E VALIDADE.						
MARCA/MODELO:						
3	4	UN	0,0000	0,00	0,00	0,00
36.4428 - KIT TATAME EVA: COMPOSIÇÃO: 20 PEÇAS; DIMENSÕES DE CADA PEÇA: 50 CM X 50 CM X 2 CM 20 MM DE ESPESSURA; ÁREA TOTAL COBERTA: 5,0 M COM 20 PEÇAS; BORDAS: 2 BORDAS POR TATAME INCLUSAS; CARACTERÍSTICAS: PRODUTO DE ALTA QUALIDADE; MELHOR E.V.A. DO MERCADO; 100 ATÓXICO; CERTIFICAÇÃO: EMPRESA CERTIFICADA ISO 9001 GARANTIA DE QUALIDADE E CONFIABILIDADE.						
MARCA/MODELO:						
VALOR GLOBAL LOTE 2- R\$.....						

LOTE 3- PLACA DE EMPREENDIMENTO

1	1	SERV	0,0000	0,00	0,00	0,00
35.0213 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA 24M, EM CHAPA GALVANIZADA, COM ESTRUTURA DE MADEIRA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA. A ARTE SERÁ FORNECIDA PELA CONTRATANTE.						
MARCA/MODELO:						
VALOR GLOBAL LOTE 3- R\$.....						

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, **DECLARA**, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta. Também **DECLARA** que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado. Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

Dados da empresa contendo: nome, CNPJ, endereço completo (com CEP), telefone, e-mail, nome completo do responsável, CPF, endereço completo, função na empresa, demais informações que achar pertinente.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



**ANEXO V-
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000/2026**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/2026**

O **MUNICÍPIO DE IGUAPE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº, com sede....., nº....., doravante denominado **Contratante**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal XXX, e a empresa **XXX**, inscrita no CNPJ nº 000, estabelecida em XXX, doravante denominado **Contratado**, neste ato representado por seu Sócio Administrador XXX, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 0000/2026, Pregão Eletrônico nº 000/2026, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

1. O objeto deste contrato é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE IGUAPE, CONFORME CONTRATO 059/2025 - CELEBRADO ENTRE O DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A E O MUNICÍPIO DE IGUAPE. (oriundo dos itens fracassados no PR-E 010/2026.**

2-CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR

2-Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório nº 0000/2026, Pregão eletrônico nº 000/2026, homologado em 00/00/2026, e à proposta do licitante vencedor XXX.

2.1-Fazem parte deste Contrato todos os elementos (incluindo obrigações e normas editalícias) que compõem o processo de licitação anteriormente caracterizado, inclusive a proposta apresentada pelo Contratado.

3-CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS

3.1-Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoriageral dos contratos e as disposições de direito privado.

3.2-Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

4-CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E A FORMA DE RECEBIMENTO

4.1- Os produtos solicitados deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias úteis a contar da solicitação feita através de ordem de compra;

4.2- Devendo ser entregue no seguinte endereço:

a) Sede do Almoxarifado Central da Prefeitura de Iguape (RUA RICARDO KRONE Nº 720 VILA GARCÊZ – IGUAPE / SP. CEP: 1920-000); **b)** Horário de entrega: das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30.

4.3 – Os equipamentos deverão ser entregues novos, em perfeitas condições de uso, sem avarias ou embalagens violadas, acompanhados de manuais, cabos, acessórios e garantias.

4.4 – A CONTRATADA será responsável pelo transporte, seguro e acondicionamento adequado dos equipamentos até o local de entrega, garantindo sua integridade.



4.5 – A execução será concluída com o recebimento provisório, seguido da verificação de conformidade por comissão designada, e posterior recebimento definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

4.6 – A CONTRATADA deverá garantir assistência técnica durante o período de garantia legal ou contratual, comprometendo-se à substituição imediata dos itens que apresentarem defeitos de fabricação ou incompatibilidades com as especificações exigidas.

4.7- A entrega deverá ocorrer de forma integral por lote, observando-se as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência

4.8-O objeto será recebido: (art.140 da Lei 14.133/2021).

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

4.8.1-Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme **Decreto Municipal nº 3.125 de 29 dezembro 2023**.

a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado informando o término da execução;

b) Deinitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

5-CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO,

5.1-O valor do presente contrato é de R\$, (), sendo :

lote (...)

Item	Descrição	Unid.	Marca/modelo	Vl.unit.	Vl.total
xxx	xxxx	xxxx		xxxx	xxxx



5.1 -O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a data do ateste de conformidade, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, desde que a nota fiscal e os documentos exigidos estejam devidamente protocolados na plataforma 1Doc.

5.1.1-O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado (ag: Banco :..... Conta :.....)..

5.2-No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos **(art.141 da Lei 14.133/2021)**:

II -Fornecimento de bens;

II-Locações;

III-Prestação de serviços;

IV-Realização de obras.

5.3-A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas — TCE/SP, exclusivamente nas seguintes situações **(art.141§1º da Lei 14.133/2021)**:

VI - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

VII - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

VIII - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IX - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

X - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

5.4-A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.

(art.141§2º da Lei 14.133/2021):

5.5-A Administração Pública Municipal deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem. **(art.141§ 3º da Lei 14.133/2021)**:

5.6--No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento. **(art.143 da Lei 14.133/2021)**:

5.7-Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.**(art.145 da Lei 14.133/2021)**.

5.8-A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser **previamente justificada** no processo licitatório.**(art.145§1º da Lei 14.133/2021)**.

5.9--Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.**(art.145§ 3º da Lei 14.133/2021)**.



5.10-No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 — Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito. **(art.146 da Lei 14.133/2021).**

5.11-Caso o dia do pagamento coincida com sábados, domingos, feriados, ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

5.12-As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão nas seguintes dotações:

Recurso Estadual R\$

Unidade Orçamentária: 02.32.00, Ficha n.º 309, Funcional Programática: 18.541.0026.2043, Categoria Econômica: 4.4.90.52.00, Destinação de Recursos: 02.100.0098;

Unidade Orçamentária: 02.32.00 Ficha n.º 349 Funcional Programática: 18.541.0026.2043 Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 Destinação de Recursos: 02.100.0020;

Recurso próprio R\$.....

Unidade Orçamentária: 02.32.00 Ficha n.º 294 Funcional Programática: 18.541.0026.2043 Categoria Econômica: 3.3.90.30 Destinação de Recursos: 01.110.0000;

6-CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1-O contrato firmado como resultado do presente procedimento licitatório, permanecerá válido por um período de 90 (noventa) dias, contados da data da sua assinatura; podendo ser prorrogado com fundamento no Art.105 Lei 14.133/2022, se houver necessidade e interesse da CONTRATANTE, observando-se os procedimentos legais; sendo necessário para tanto, a elaboração de um termo aditivo, a ser assinado por ambas as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA –DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES:

7.1-Obrigações do CONTRATADO:

I- Dos direitos:

A- Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convençionados.

II-Das Obrigações:

7.1.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- c) Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento.

7.1.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto desta licitação de acordo com as especificações do Edital de licitação, responsabilizando-se pela exatidão dos fornecimentos, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- b) Prestar garantia a partir do termo de aceite dos itens, durante o qual correrão por sua conta as despesas de qualquer natureza.
- c) Prover o adequado transporte do objeto da presente licitação;
- d) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente



licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

f) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;

g) Comunicar à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça o fornecimento;

h) Cumprir todas as orientações da CONTRATANTE para o fiel cumprimento do objeto licitado;

i) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato para terceiros;

j) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;

k) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, facultada a supressão além desse limite;

l) Cumprir também todas as obrigações contidas no termo de referência ANEXO I do edital, no qual faz parte integrante das obrigações da contratada.

CLÁUSULA OITAVA-CONTRATO ADMINISTRATIVO

8.1-O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. **(art. 89 da Lei 14.133/2021).**

8.2-A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. **(art.90 da Lei 14.133/2021).**

8.3-O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração. **(art. 90§1º Lei da 14.133/2021).**

8.4-Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor. **(art. 90§ 2º Lei da 14.133/2021).**

8.4.1-Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos. **.(art. 90§ 3º Lei da 14.133/2021).**

8.5-Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do **subitem 18.4**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá **(art.90 §4º da Lei 14.133/2021):**

a- convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b- adjudicare celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



8.6-A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante **(art. 90, § 5º da Lei 14.133/2021)**, sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do **subitem 18.5 letra “a” (art.90 §6º da Lei 14.133/2021)**.

8.7- Poderá a Administração convocar os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos **subitens 18.4 e 18.5. (§§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021)**.

8.8-Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial. **(art. 91 da Lei 14.133/2021)**.

18.9-Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento. **art. 91 § 3º da Lei 14.133/2021)**.

8.9.1-Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo. **(art.91 §4º da Lei 14.133/2021)**.

8.10-Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente o disposto no **art. 92 da Lei nº 14.133/2021**.

8.11- Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, em conformidade com o **art 124 da Lei 14.133/2021**.

8.12- Nas alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, **acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), **não podendo transfigurar o objeto da contratação. (art.125 e 126 da Lei 14.133/2021)**.

8.13- A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês. **(art.132 da Lei 14.133/2021)**.

8.14- Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial. **(art.130 da Lei 14.133/2021)**.

8.15- Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações **(art.137 da Lei 14.133/2021)**:

X - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;



- XI** - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- XII** - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- XIII** - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- XIV** - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- XV** - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- XVI** - Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- XVII**- Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- XVIII** - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

8.16-As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições: **(art.137 §3º da Lei 14.133/2021)**.

III - Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

IV - Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da **alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021**.

8.17-O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses: **(art.137 §2º da Lei 14.133/2021)**.

V - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

VI - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

VII - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

VIII - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V- Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

8.18-A extinção do contrato poderá ser: **(art.138 da Lei 14.133/2021)**.

II-Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; **III** - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



8.19-A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo. **(art.138 da Lei § 1º 14.133/2021).**

8.20-Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a: **(art.138 §2º da Lei 14.133/2021).**

I-Devolução da garantia;

II-Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III-Pagamento do custo da desmobilização.

8.21-A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:**(art.139 da Lei 14.133/2021).**

I- Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II- Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III- Execução da garantia contratual para:

- a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV- Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

8.22-A aplicação das medidas previstas **nos incisos I e II** ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta. **:(art.139 § 1º da Lei 14.133/2021).**

8.23-Na hipótese do inciso II o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente. **:(art.139 § 2º da Lei 14.133/2021).**

8.24- Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos: **:(art.147 da Lei 14.133/2021).**

I - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

II - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

III - motivação social e ambiental do contrato;

IV - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

V - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

VI - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

VII - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

VIII - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;

IX - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;

X - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

XI - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

8.25-Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da



aplicação de penalidades cabíveis. **;(art.147 da Lei 14.133/2021).**

CLÁUSULA NONA- DA GARANTIA

9.1-A empresa contratada deve fornecer garantia mínima de 12 meses para os itens do presente contrato em conformidade com cada item descrito no termo de referência anexo I deste edital, contra vícios ocultos, defeitos e inadequação de embalagens e produtos, ficando o licitante vencedor responsável por todos os encargos decorrentes destas garantias.

CLÁUSULA DÉCIMA-DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)

10.1-O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

10.2-O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

10.3-O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.**(Anexo II).**

10.4-As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

-CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -GESTÃO e FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1-A gestão do contrato será realizada pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Sustentável e, sendo esse responsável através de servidores designado mediante portaria ,pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no **art. 117 da Lei nº 14.133/21.**

11.1.1- Sendo :

a) gestor do contrato:

b) fiscal (is) :.....

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES

12.1-O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções: **(art.155 da Lei 14.133/2021).**

I-Dar causa à inexecução parcial do contrato:

II-Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III -Dar causa à inexecução total do contrato;

IV-Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V-Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente



justificado;

VI- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

12.2- Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas: (**art.156 da Lei 14.133/2021**).

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.1- Na aplicação das sanções serão considerados: (**art.156 §1º da Lei 14.133/2021**).

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.2.2- A sanção prevista no **inciso I do subitem 12.2.** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista **no inciso I do caput do art. 155 desta Lei**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.3- A sanção prevista **no inciso II do subitem 12.2.**, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas **no art. 155 desta Lei**.

12.2.4- A sanção prevista no **inciso III do subitem 12.2.**, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos **II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2.5- A sanção prevista **no inciso IV do subitem 12.2**, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos **VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos **II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



12.2.6- A sanção estabelecida **no inciso IV do subitem 12.2**, será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, desecretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

12.2.6.1- As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do subitem 12.2**, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no **inciso II do subitem 12.2**.

12.2.7- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.2.8- A aplicação das sanções previstas **no subitem 12.2**, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2.9- Na aplicação da sanção prevista no **subitem 12.2 inciso II**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. **(art.157 da Lei 14.133/2021).**

12.2.10- A aplicação das sanções previstas **nos incisos III e IV do subitem 12.2**, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretendam produzir. **(art.158 da Lei 14.133/2021).**

12.3- Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei. **(art.159 da Lei 14.133/2021).**

12.4- A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores, sócios ou com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. **(art.160 da Lei 14.133/2021).**

12.5- Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. **(art.161 da Lei 14.133/2021).**



12.6- Para fins de aplicação das sanções previstas **nos incisos I, II, III e IV do subitem 12.2**, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos. **.(art.161 da Lei 14.133/2021).**

12.7- O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato. **.(art.162 da Lei 14.133/2021).**

13.7.1- A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei. **.(art.162 da Lei 14.133/2021).**

12.8- É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou penalidade, exigidos, cumulativamente: **.(art.163 da Lei 14.133/2021).**

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Iguape, Estado de São Paulo, para dirimir as dúvidas suscitadas em decorrência da execução do presente contrato, não resolvidas pelas vias administrativas próprias.

E por estarem de acordo com as condições aqui estabelecidas, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, o qual, após lido e achado conforme, é assinado pela CONTRATANTE, CONTRATADA e testemunhas.

Iguape, _____ de _____ de 2026.

Ordenador de Despesa
P/ÓRGÃO GERENCIADOR

Representante Legal
P/ FORNECEDOR

Testemunhas:

Nome
R.G.

Nome:
R.G.

VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA



ANEXO VI

TERMO DE CIENCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE**

CONTRATADO:

CONTRATO Nº:

OBJETO:

E-mail: (*) juridico@iguape.sp.gov.br

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Iguape/SP, 00 de..... de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Nome: **SALVADOR JOSE BARBOSA JUNIOR**

Cargo: **PREFEITO**

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGUAPE
Estância Balneária – Princesa do Litoral Sul



E-mail:

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

E-mail:

Assinatura: _____

Nome:

Cargo:

CPF:

E-mail:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Elaborado com base no §1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE IGUAPE, CONFORME CONTRATO 059/2025 -
DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A**



FEVEREIRO, 2026



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

Sumário

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO	3
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA.....	4
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	4
4. DA HABILITAÇÃO	7
5. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO.....	9
6. LEVANTAMENTO DE MERCADO.....	12
7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	12
8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	15
9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO.....	16
10. RESULTADOS PRETENDIDOS.....	17
11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	18
12. CONTRATAÇÃO CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES	18
13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS	18





PREFEITURA DE IGUAPE

Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Estância Balneária

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

1.1 A SMDS foi contemplada com um projeto através da DELIBERAÇÃO CBH-RB no 314, DE 14/03/2025 que dispõe, “Aprova diretrizes e critérios do 1º processo de habilitação ao financiamento com recursos do FEHIDRO, do exercício de 2025, destinados a empreendimentos na área do CBH-RB”. Este projeto, voltado a preferência ao financiamento de empreendimentos relacionados às áreas críticas identificadas no Diagnóstico e Prognóstico e ações priorizadas durante o processo de elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguaçu e Litoral Sul 2016-2027 e suas atualizações.

1.2 O projeto contempla a aquisição de equipamentos para a implantação do Centro de Educação Ambiental de Iguaçu (CEA), a aquisição dos equipamentos propostos vai além de uma simples necessidade logística: trata-se de um investimento estratégico fundamental para a consolidação do Centro de Educação Ambiental (CEA) e para o fortalecimento das ações voltadas à preservação dos recursos hídricos do município. Esses equipamentos compõem a base material indispensável para assegurar a continuidade, qualidade e eficácia das atividades educativas, de pesquisa, comunicação e mobilização comunitária previstas no projeto.

1.3 Com esses materiais adquiridos, será possível realizar oficinas temáticas, simulações, exposições interativas e atividades de campo, que permitirão à população vivenciar e compreender de forma prática e sensível a importância da água, desde a nascente até seu retorno ao ambiente. A estrutura tecnológica a ser instalada contribuirá diretamente para o fortalecimento do senso de pertencimento, a corresponsabilidade ambiental e a valorização dos mananciais que integram a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguaçu.

1.4 Todos os equipamentos adquiridos estarão a serviço do desenvolvimento contínuo das ações do CEA, apoiando campanhas de educação ambiental, visitas escolares, formações técnicas, parcerias com universidades, mutirões de limpeza e oficinas temáticas. A diversidade e funcionalidade dos materiais asseguram a transversalidade do projeto,



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

promovendo o envolvimento de diferentes públicos e garantindo a sustentabilidade a longo prazo das iniciativas propostas.

1.5 Assim, a contratação pretendida objetiva viabilizar as condições materiais e estruturais necessárias à implantação do CEA, garantindo um espaço adequado, equipado e acessível, capaz de atender à população local e regional de forma contínua e integrada.

1.6 O Município realizou procedimento licitatório visando à aquisição dos equipamentos destinados à estruturação do Centro de Educação Ambiental de Iguaçu (CEA). Entretanto, alguns itens restaram fracassados, em razão da ausência de propostas válidas aptas à contratação, permanecendo a necessidade administrativa de sua aquisição.

Considerando que tais equipamentos integram o projeto aprovado pelo FEHIDRO e são indispensáveis à implantação e funcionamento do Centro de Educação Ambiental, torna-se necessária a realização de novo procedimento licitatório exclusivamente para os itens remanescentes, mantendo-se as especificações técnicas e quantitativos originalmente aprovados.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA

A aquisição desses equipamentos ainda não está prevista no PAC, pois o processo se encontra em fase de finalização junto à Secretaria de Gestão e Planejamento. Assim que concluído, será incluído ao processo de contratação por meio do ato administrativo pertinente.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Os bens/produtos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

e qualidade estão objetivamente definidos no presente termo, por meio de especificações usuais de mercado;

3.2 - A licitação ocorrerá na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo em vista o agrupamento dos itens remanescentes por similaridade técnica, segmento de mercado e logística de fornecimento, visando ampliar a competitividade e otimizar a gestão contratual.

3.3 – Os produtos deverão ser novos e com garantia de 12 meses.;

3.4 - A contratada será responsável pela entrega no Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Prefeitura de Iguape (Av. Maestro Moacir Serra, 2, Iguape - SP, 11920-000);

3.5 - O recebimento seguirá o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, com termo de recebimento provisório e definitivo;

3.6 - Não será obrigatória a apresentação de proposta para todos os lotes, podendo a licitante participar apenas dos lotes de seu interesse;

3.7 - Os requisitos da contratação devem garantir que o Município receba produtos de boa qualidade testada e aprovada pelos órgãos de normatização e fiscalização, tais como INMETRO e ABNT;

3.8 - O licitante somente será selecionado para a etapa de lances do lote para o qual apresentar proposta compatível com as especificações do edital;

3.9 - Deverão ser respeitadas as especificações técnicas e quantitativos de todos os itens integrantes de cada lote;

3.10 - A proposta deverá conter apresentação de catálogo, descrição da marca oferta e o prazo de garantia de cada equipamento;

3.11 - Entregar os produtos solicitados em até 30 (trinta) dias úteis a contar da solicitação feita através de ordem de compra;

3.12 - O contrato terá a validade de cento e oitenta (90) dias, contados da sua assinatura.



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

3.13 - LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

- a) A contratada será responsável pela entrega no Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Prefeitura de Iguape (Av. Maestro Moacir Serra, 2, Iguape - SP, 11920-000);
- b) Horário de entrega: das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30.

3.14 - RECEBIMENTO DO OBJETO

3.14.1 - O objeto será recebido: (art.140 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3.125 de 29 dezembro 2023).

I - **Em se tratando de compras:**

- a) Provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15(quinze) dias, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) Definitivamente, pelo prazo que não poderá ser superior a 90(noventa) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

3.14.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato. **(art. 140 §1º da Lei 14.133/2021).**

3.14.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. **(art.140 §2º da Lei 14.133/2021).**



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

3.15 - A contratada deverá se responsabilizar pelo transporte de todos os produtos, que deverão ser transportados de maneira segura, e que sejam entregues sem danos, avarias ou embalagens violadas;

3.16 - Os produtos não devem apresentar embalagens violadas, ou seja, abertas, amassadas, enferrujadas, estufadas ou com vazamentos;

3.17 - Os produtos deverão ser novos e de boa qualidade;

3.18 - A contratada deverá oferecer garantia de 12 meses para os produtos eletrônicos, ou conforme legislação.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

Comprovação da existência jurídica da licitante, por meio de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação da ata arquivada, bem como de suas respectivas alterações, se houver.

Documento oficial de identificação do representante legal, com foto.

4.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

(art. 68 da Lei nº 14.133/2021)

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND), nos termos do art. 195, §3º, da Constituição Federal;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto da licitação;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede da licitante;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Em todos os casos acima, será aceita certidão positiva com efeito de negativa. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser pertinente à atividade exercida pela licitante e aos tributos a ela incidentes.

4.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de feitos sobre falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de emissão não superior a **90 (noventa) dias** da data da abertura do certame, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

4.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, mediante apresentação de, no mínimo, **01 (uma) certidão ou atestado**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento satisfatório de mercadorias semelhantes às licitadas.

4.5 CATÁLOGO / FICHA TÉCNICA



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

A licitante deverá apresentar catálogo do produto, ficha técnica ou link do site do fabricante contendo marca, modelo e especificações técnicas completas dos itens ofertados.

Parágrafo único – A ausência do catálogo, ficha técnica ou link do site do fabricante poderá ensejar a desclassificação da proposta, caso inviabilize a análise da compatibilidade entre os produtos ofertados e as exigências constantes do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

5. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - Com base na avaliação da demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e no projeto básico do centro de educação ambiental, será realizada a **Aquisição de equipamentos para estruturação do Centro de Educação Ambiental de Iguaçu, conforme CONTRATO 059/2025 - DESENVOLVE SP – Agência De Fomento Do Estado De São Paulo S/A.**

Os itens estimados para o procedimento licitatório serão apresentados em tabela específica abaixo deste texto, detalhando quantidades, unidades, descrições e valores de referência.





PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE	QUANT	CUSTO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Lote 1 – Equipamentos Permanentes					
1	12.6121 - QUADRO BRANCO TIPO LOUSA, DE GRANDE DIMENSÃO, 200 X 120 CM; SUPERFÍCIE EM CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA REVESTIDA COM PELÍCULA VITRIFICADA BRILHANTE NA COR BRANCA; MOLDURA EM ALUMÍNIO NATURAL; SUPORTE PARA APAGADOR INTEGRADO, EM ALUMÍNIO, COM 25 CM DE COMPRIMENTO;	unid	4	R\$ 690,00	R\$ 2.760
2	12.6128 - MESA DIGITALIZADORA/MESA DE LUZ LED; ÁREA DE TRABALHO: TAMANHO A2 (APROX. 20,47" X 12,6"); ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA: BIVOLT 110V - 220V, 50/60HZ; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 5V; CONEXÃO: PORTA MICRO-USB; ESTRUTURA: PAINEL DE ILUMINAÇÃO LED ULTRAFINO, COM SUPERFÍCIE RÍGIDA E RESISTENTE; DIMENSÕES DA EMBALAGEM: 660 X 410 X 50 MM;	unid	2	R\$ 1.040,00	R\$ 2.080,00
3	12.6131 - ÓCULOS DE REALIDADE VIRTUAL (HEADSET VR) COM FONES DE OUVIDO INTEGRADOS); CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO INTERNO: 128 GB; EQUIPAMENTO ALL-IN-ONE, NÃO REQUERENDO CONEXÃO PERMANENTE A PC OU CONSOLE PARA FUNCIONAMENTO; TELA LCD INTEGRADA, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1832 X 1920 PIXELS POR OLHO; PROCESSADOR DE ALTO DESEMPENHO, ADEQUADO PARA APLICAÇÕES IMERSIVAS EM REALIDADE VIRTUAL; SISTEMA DE RASTREAMENTO MANUAL INTEGRADO, SEM NECESSIDADE DE SENSORES EXTERNOS; CONECTIVIDADE SEM FIO: BLUETOOTH E WI-FI; CONTROLES INCLUSOS: DOIS CONTROLADORES DE MOVIMENTO SEM FIO COM ALÇAS AJUSTÁVEIS; ITENS DE FÁBRICA DEVEM INCLUIR: HEADSET DE REALIDADE VIRTUAL; DOIS CONTROLADORES DE TOQUE; DUAS PILHAS AA; CAPA DE SILICONE; ESPAÇADOR PARA ÓCULOS; CABO DE CARREGAMENTO; ADAPTADOR DE ENERGIA; PESO APROXIMADO: 830 G; DIMENSÕES APROXIMADAS: 41,6 X 19,3 X 12,7 CM; ESTRUTURA EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM ACABAMENTO NA COR BRANCA; FONTE DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA RECARREGÁVEL (COM ADAPTADOR INCLUSO).	unid	4	R\$ 4.366,33	R\$ 17.465,32
4	12.6134 - TRITURADORA/FRAGMENTADORA DE PAPEL E CARTÃO - CORTE EM PARTÍCULAS. TIPO DE CORTE: PARTÍCULAS (CORTE TRANSVERSAL), CONFORME NORMA DIN 66399, NÍVEL P4; CAPACIDADE MÍNIMA DE TRITURAÇÃO: 25 FOLHAS DE PAPEL A4 (70G/M²) POR PASSAGEM; CAPACIDADE DE CORTE: PAPEL, CARTÕES PLÁSTICOS, CLIPES E MÍDIAS (CD/DVD); TAMANHO DO CORTE: MÁXIMO DE 4 X 40 MM; LARGURA DE INSERÇÃO: MÍNIMO DE 220 MM; VELOCIDADE	unid	1	R\$ 2.565,58	R\$ 2.565,58



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

	MÍNIMA DE CORTE: 2,5 M/MIN; CAPACIDADE DO CESTO: MÍNIMO DE 30 LITROS, REMOVÍVEL; CICLO DE TRABALHO CONTÍNUO: MÍNIMO DE 30 MINUTOS, COM SISTEMA DE RESFRIAMENTO E PROTEÇÃO CONTRA BRECARGA/SUPERAQUECIMENTO; FUNÇÕES: INÍCIO/PARADA AUTOMÁTICA, REVERSÃO AUTOMÁTICA, PARADA AUTOMÁTICA COM CESTO CHEIO E SENSOR DE PRESENÇA DE PAPEL; ESTRUTURA COM RODÍZIOS PARA MOBILIDADE; POTÊNCIA MÍNIMA: 550W; ALIMENTAÇÃO: BIVOLT (110/220V, 60HZ);				
Lote 2 – Materiais de Consumo e Suprimentos					
5	12.6138 - KIT TATAME EVA: COMPOSIÇÃO: 20 PEÇAS; DIMENSÕES DE CADA PEÇA: 50 CM X 50 CM X 2 CM (20 MM DE ESPESSURA); ÁREA TOTAL COBERTA: 5,0 M² (COM 20 PEÇAS); BORDAS: 2 BORDAS POR TATAME (INCLUSAS); CARACTERÍSTICAS: PRODUTO DE ALTA QUALIDADE; MELHOR E.V.A. DO MERCADO; 100% ATÓXICO; CERTIFICAÇÃO: EMPRESA CERTIFICADA ISO 9001 (GARANTIA DE QUALIDADE E CONFIABILIDADE).	unid	4	R\$ 500,26	R\$ 2.001,04
6	36.4088 - KIT DE TESTE DE ÁGUA POTÁVEL 16 EM 1 (100 TIRAS). KIT COM 100 TIRAS DE TESTE DE ÁGUA; REALIZA A ANÁLISE DE 16 PARÂMETROS: PH, DUREZA, ALCALINIDADE TOTAL, NITRITO, NITRATO, CLORO LIVRE, CLORO TOTAL, BROMO, FLÚOR, FERRO, COBRE, CHUMBO, MERCÚRIO, CROMO, CARBONATO E ÁCIDO CIANÚRICO; TEMPO DE LEITURA: 60 SEGUNDOS; MATERIAL: PAPEL INDICADOR EM SUPORTE PET; EMBALAGEM: CAIXA/BOLSA COM 100 TIRAS; DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM: 15 CM X 6 CM X 6 CM; PESO APROXIMADO: 94 G; APLICAÇÕES: ÁGUA POTÁVEL, POÇO, SUBTERRÂNEA, TORNEIRA, PISCINA, SPA, AQUÁRIO, LABORATÓRIO E ÁGUA INDUSTRIAL.	unid	80	R\$ 211,41	R\$ 16.912,80
7	36.4090 - UNIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE IMAGEM/UNIDADE DE CORREIA; COMPATIBILIDADE: IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS A LASER COLORIDAS, MODELOS:HL-L8360CDW; MFC-L8610CDW; MFC-L8900CDW; MFC-L9570CDW; RENDIMENTO ESTIMADO: ATÉ 50.000 PÁGINAS (CONSIDERANDO COBERTURA PADRÃO DE 5% EM PAPEL A4); CONDIÇÃO: PRODUTO NOVO, ORIGINAL DE FÁBRICA; EMBALAGEM: LACRADA, COM IDENTIFICAÇÃO DO LOTE E VALIDADE.	unid	5	R\$ 2.200,00	R\$ 11.000,00
Lote 3 – Placa do empreendimento					
8	35.0213 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA 24M, EM CHAPA GALVANIZADA, COM ESTRUTURA DE MADEIRA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA. A ARTE SERÁ FORNECIDA PELA CONTRATANTE.	serv	1	R\$ 6.926,67	R\$ 6.926,67
TOTAL					R\$ 61.711,41



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 - Foram realizados os levantamentos de mercado com fundamento no artigo 23 da lei 14.133/2021, sendo realizados através do Portal de Preços Públicos, Portal Nacional de Contratações Públicas e orçamentos fornecidos por empresas revendedoras dos produtos pesquisados. Este valor serve como parâmetro para empresas em condições mercadológicas semelhantes, sem, no entanto, impedir a participação de distribuidores diretos no certame.

6.2 - A análise de mercado detalhada, comprova que os preços referenciados para a aquisição são competitivos e realistas frente aos praticados no mercado, garantindo assim a melhor relação custo-benefício e atendendo ao princípio da economicidade.

6.3 - Considerando que o procedimento licitatório anterior resultou fracassado para parte dos itens, optou-se pelo agrupamento em lotes compostos por bens de natureza semelhante, usualmente comercializados pelos mesmos segmentos econômicos, buscando ampliar a competitividade e aumentar a probabilidade de êxito da contratação.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 - A planilha orçamentária consolidada indica o valor estimado de contratação em conformidade com os orçamentos médios obtidos. O valor total está limitado ao orçamento aprovado pelo FEHIDRO no Contrato nº 059/2025.



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

7.2 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE	QUANT	CUSTO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Lote 1 – Equipamentos Permanentes					
1	12.6121 - QUADRO BRANCO TIPO LOUSA, DE GRANDE DIMENSÃO, 200 X 120 CM; SUPERFÍCIE EM CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA REVESTIDA COM PELÍCULA VITRIFICADA BRILHANTE NA COR BRANCA; MOLDURA EM ALUMÍNIO NATURAL; SUPORTE PARA APAGADOR INTEGRADO, EM ALUMÍNIO, COM 25 CM DE COMPRIMENTO;	unid	4	R\$ 487,12	R\$ 1.948,48
2	12.6128 - MESA DIGITALIZADORA/MESA DE LUZ LED; ÁREA DE TRABALHO: TAMANHO A2 (APROX. 20,47" X 12,6"); ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA: BIVOLT 110V - 220V, 50/60HZ; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 5V; CONEXÃO: PORTA MICRO-USB; ESTRUTURA: PAINEL DE ILUMINAÇÃO LED ULTRAFINO, COM SUPERFÍCIE RÍGIDA E RESISTENTE; DIMENSÕES DA EMBALAGEM: 660 X 410 X 50 MM;	unid	2	R\$ 514,32	R\$ 1.028,64
3	12.6131 - ÓCULOS DE REALIDADE VIRTUAL (HEADSET VR) COM FONES DE OUVIDO INTEGRADOS); CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO INTERNO: 128 GB; EQUIPAMENTO ALL-IN-ONE, NÃO REQUERENDO CONEXÃO PERMANENTE A PC OU CONSOLE PARA FUNCIONAMENTO; TELA LCD INTEGRADA, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1832 X 1920 PIXELS POR OLHO; PROCESSADOR DE ALTO DESEMPENHO, ADEQUADO PARA APLICAÇÕES IMERSIVAS EM REALIDADE VIRTUAL; SISTEMA DE RASTREAMENTO MANUAL INTEGRADO, SEM NECESSIDADE DE SENSORES EXTERNOS; CONECTIVIDADE SEM FIO: BLUETOOTH E WI-FI; CONTROLES INCLUSOS: DOIS CONTROLADORES DE MOVIMENTO SEM FIO COM ALÇAS AJUSTÁVEIS; ITENS DE FÁBRICA DEVEM INCLUIR: HEADSET DE REALIDADE VIRTUAL; DOIS CONTROLADORES DE TOQUE; DUAS PILHAS AA; CAPA DE SILICONE; ESPAÇADOR PARA ÓCULOS; CABO DE CARREGAMENTO; ADAPTADOR DE ENERGIA; PESO APROXIMADO: 830 G; DIMENSÕES APROXIMADAS: 41,6 X 19,3 X 12,7 CM; ESTRUTURA EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM ACABAMENTO NA COR BRANCA; FONTE DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA RECARREGÁVEL (COM ADAPTADOR INCLUSO).	unid	4	R\$ 2579,14	10.316,56
4	12.6134 - TRITURADORA/FRAGMENTADORA DE PAPEL E CARTÃO - CORTE EM PARTÍCULAS. TIPO DE CORTE: PARTÍCULAS (CORTE TRANSVERSAL), CONFORME NORMA DIN 66399, NÍVEL P4; CAPACIDADE MÍNIMA DE TRITURAÇÃO: 25 FOLHAS DE PAPEL A4 (70G/M²) POR PASSAGEM; CAPACIDADE DE CORTE: PAPEL, CARTÕES PLÁSTICOS, CLIPES E MÍDIAS (CD/DVD); TAMANHO	unid	1	R\$ 1843,60	R\$ 1843,60



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

	DO CORTE: MÁXIMO DE 4 X 40 MM; LARGURA DE INSERÇÃO: MÍNIMO DE 220 MM; VELOCIDADE MÍNIMA DE CORTE: 2,5 M/MIN; CAPACIDADE DO CESTO: MÍNIMO DE 30 LITROS, REMOVÍVEL; CICLO DE TRABALHO CONTÍNUO: MÍNIMO DE 30 MINUTOS, COM SISTEMA DE RESFRIAMENTO E PROTEÇÃO CONTRA BRECARGA/SUPERAQUECIMENTO; FUNÇÕES: INÍCIO/PARADA AUTOMÁTICA, REVERSÃO AUTOMÁTICA, PARADA AUTOMÁTICA COM CESTO CHEIO E SENSOR DE PRESENÇA DE PAPEL; ESTRUTURA COM RODÍZIOS PARA MOBILIDADE; POTÊNCIA MÍNIMA: 550W; ALIMENTAÇÃO: BIVOLT (110/220V, 60HZ);				
Lote 2 – Materiais de Consumo e Suprimentos					
5	12.6138 - KIT TATAME EVA: COMPOSIÇÃO: 20 PEÇAS; DIMENSÕES DE CADA PEÇA: 50 CM X 50 CM X 2 CM (20 MM DE ESPESSURA); ÁREA TOTAL COBERTA: 5,0 M² (COM 20 PEÇAS); BORDAS: 2 BORDAS POR TATAME (INCLUSAS); CARACTERÍSTICAS: PRODUTO DE ALTA QUALIDADE; MELHOR E.V.A. DO MERCADO; 100% ATÓXICO; CERTIFICAÇÃO: EMPRESA CERTIFICADA ISO 9001 (GARANTIA DE QUALIDADE E CONFIABILIDADE).	unid	4	R\$ 204,85	R\$ 819,40
6	36.4088 - KIT DE TESTE DE ÁGUA POTÁVEL 16 EM 1 (100 TIRAS). KIT COM 100 TIRAS DE TESTE DE ÁGUA; REALIZA A ANÁLISE DE 16 PARÂMETROS: PH, DUREZA, ALCALINIDADE TOTAL, NITRITO, NITRATO, CLORO LIVRE, CLORO TOTAL, BROMO, FLÚOR, FERRO, COBRE, CHUMBO, MERCÚRIO, CROMO, CARBONATO E ÁCIDO CIANÚRICO; TEMPO DE LEITURA: 60 SEGUNDOS; MATERIAL: PAPEL INDICADOR EM SUPORTE PET; EMBALAGEM: CAIXA/BOLSA COM 100 TIRAS; DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM: 15 CM X 6 CM X 6 CM; PESO APROXIMADO: 94 G; APLICAÇÕES: ÁGUA POTÁVEL, POÇO, SUBTERRÂNEA, TORNEIRA, PISCINA, SPA, AQUÁRIO, LABORATÓRIO E ÁGUA INDUSTRIAL.	unid	80	R\$ 128,73	R\$ 10.298,40
7	36.4090 - UNIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE IMAGEM/UNIDADE DE CORREIA; COMPATIBILIDADE: IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS A LASER COLORIDAS, MODELOS:HL-L8360CDW; MFC-L8610CDW; MFC-L8900CDW; MFC-L9570CDW; RENDIMENTO ESTIMADO: ATÉ 50.000 PÁGINAS (CONSIDERANDO COBERTURA PADRÃO DE 5% EM PAPEL A4); CONDIÇÃO: PRODUTO NOVO, ORIGINAL DE FÁBRICA; EMBALAGEM: LACRADA, COM IDENTIFICAÇÃO DO LOTE E VALIDADE.	unid	5	R\$ 340,66	R\$ 1703,30
Lote 3 – Placa do empreendimento					
8	35.0213 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA 24M, EM CHAPA GALVANIZADA, COM ESTRUTURA DE MADEIRA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA. A ARTE SERÁ FORNECIDA PELA CONTRATANTE.	serv	1	R\$ 1.947,94	R\$ 1.947,94
TOTAL					R\$ 29.906,32



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A aquisição dos equipamentos para o Centro de Educação Ambiental (CEA) de Iguaçu não se limita a suprir uma demanda logística; trata-se de um investimento estratégico e estruturante para a consolidação de políticas públicas de preservação ambiental e valorização dos recursos hídricos locais. O CEA será instalado no espaço do Centro Multiuso da Fonte do Senhor, em área de forte relevância cultural, histórica e ecológica, favorecendo a integração entre práticas educativas, turismo sustentável e engajamento comunitário.

8.1 – Os equipamentos demandados são fundamentais para a realização de atividades de educação ambiental críticas, participativas e acessíveis. Projetores, notebooks, tablets e equipamentos multimídia permitirão a realização de oficinas, formações, exposições, mostras interativas e campanhas educativas voltadas para estudantes, comunidades tradicionais e turistas. Recursos como óculos de realidade virtual, kits laboratoriais para análise de água e microscópios apoiarão atividades práticas de ciência cidadã, vinculando teoria e prática no cuidado com os recursos hídricos e a biodiversidade.

8.2 – A aquisição representa um investimento sólido e de longo prazo para o Município, pois permitirá ao CEA oferecer infraestrutura permanente para o desenvolvimento de programas educativos continuados. Com os equipamentos adequados, será possível estruturar oficinas de reciclagem, visitas guiadas, mutirões de limpeza de rios, monitoramento participativo da qualidade da água e trilhas interpretativas no entorno da Fonte do Senhor e do Morro do Espia. Essas ações fortalecerão a percepção ambiental da população e criarão oportunidades de aprendizado vivencial.

8.3 – A propriedade dos equipamentos garante estabilidade e continuidade das ações, minimizando riscos de interrupções por fatores externos e fortalecendo a autonomia da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Além disso, possibilita adequar as



PREFEITURA DE IGUAPE

Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Estância Balneária

metodologias às necessidades locais e culturais, dialogando com a realidade das comunidades caiçaras, quilombolas, indígenas e agricultores familiares.

8.4 – A aquisição também promove inclusão e acessibilidade. Equipamentos multimídia, materiais didáticos adaptados e ferramentas interativas garantirão a participação de pessoas com deficiência e de públicos diversos, consolidando o CEA como um espaço democrático e inclusivo. Assim, o CEA não apenas difunde informações, mas transforma práticas sociais e ambientais no território.

8.5 – A escolha pela compra, em detrimento da locação, justifica-se pela natureza permanente das ações e pela necessidade de continuidade e autossustentabilidade do CEA. O investimento em equipamentos próprios fortalece o patrimônio público municipal, amplia a vida útil dos recursos e garante maior economicidade a médio e longo prazo.

8.6 – A solução, portanto, exige a contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento dos equipamentos listados, assegurando que sejam novos, de qualidade comprovada e com garantia técnica. A estruturação física e pedagógica do CEA, possibilitada por essa aquisição, permitirá não apenas a implantação do espaço, mas sua consolidação como polo regional de referência em educação ambiental crítica, mobilização social e preservação dos recursos hídricos.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

- 9.1** O procedimento licitatório anteriormente realizado resultou fracassado para os itens objeto deste Estudo Técnico Preliminar, tornando necessária a realização de novo certame.
- 9.2** Considerando a natureza dos bens, optou-se pelo agrupamento em lotes, reunindo equipamentos e materiais de características semelhantes, normalmente comercializados pelos mesmos segmentos do mercado fornecedor.
- 9.3** O agrupamento em lotes promove maior racionalização administrativa, reduz o número de contratos, simplifica a fiscalização, otimiza a logística de fornecimento e amplia a



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

competitividade, uma vez que possibilita a participação de empresas especializadas no fornecimento de conjuntos de produtos correlatos.

9.4 O agrupamento adotado não restringe a competitividade nem compromete a economicidade, estando em conformidade com o art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Lote 1 – Equipamentos Permanentes

- Quadro branco;
- Mesa de luz LED;
- Óculos de realidade virtual;
- Fragmentadora.

Lote 2 – Materiais de Consumo e Suprimentos

- Kit Tatame EVA;
- Kit teste de água;
- Unidade de transferência da impressora.

Lote 3 – Comunicação Visual

- Placa de obra.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - A administração busca alcançar o melhor custo-benefício, priorizando a obtenção dos equipamentos de qualidade pelo menor preço ou preço justo, em conformidade com as legislações aplicáveis. Assim, pretende-se contratar os itens descritos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) pelo menor preço possível, garantindo que atendam às especificações e exigências detalhadas neste termo.

10.2 - Aumento de produtividade nos trabalhos e atividades finalísticas em campo com maior eficiência.



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Após o pregão eletrônico, os licitantes vencedores serão acionados para realizarem as entregas por meio de Ordens de Compra, e o não cumprimento dos prazos de entrega sem justificativas plausíveis e comprovadas, ensejarão em sanções a serem aplicadas de forma imediata já no primeiro atraso injustificado, e que cause transtornos a SMDS, portanto o participante deve estar ciente que, nos lotes que arrematar deverá cumprir fielmente a todos os prazos de entrega.

11.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as condições do Edital e seus anexos, nos termos de sua proposta e neste termo.

11.3 - Notificar a Contratada da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

12. CONTRATAÇÃO CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1 - Não se faz necessário a realização de contratações correlatas nem interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1- Não há impactos ambientais diretos decorrentes da contratação, uma vez que se trata apenas da aquisição de equipamentos. Indiretamente, a medida gera impactos positivos, por apoiar ações de educação ambiental voltadas à preservação dos recursos hídricos e ao manejo sustentável dos resíduos sólidos.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

14.1 - A contratação dos equipamentos é tecnicamente viável, operacionalmente necessária e orçamentariamente possível, constituindo etapa essencial para a implantação do Centro de Educação Ambiental de Iguaçu. O investimento garantirá eficiência, eficácia e efetividade na execução do Projeto Básico, promovendo benefícios diretos à população local e fortalecendo as políticas públicas de sustentabilidade do município.

Iguaçu, 17 de setembro de 2026.





PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

TERMO DE REFERÊNCIA

Elaborado com base no §1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE IGUAPE, CONFORME CONTRATO 059/2025 -
DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A**





PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

1.	DEFINIÇÃO DO OBJETO.....	3
2.	FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.....	3
3.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	3
4.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	5
5.	DA HABILITAÇÃO.....	8
6.	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	10
7.	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	11
8.	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....	11
9.	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	12
10.	ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO	12
11.	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	15
12.	DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	15
13.	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	15





PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição dos itens remanescentes (fracassados) do procedimento licitatório anteriormente realizado, destinados à estruturação e funcionamento do Centro de Educação Ambiental de Iguaçu (CEA), em conformidade com o Contrato FEHIDRO nº 059/2025. A contratação compreende equipamentos permanentes, materiais de apoio, suprimentos e demais itens indispensáveis à implantação do Centro de Educação Ambiental, conforme especificações e quantitativos constantes deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O procedimento licitatório anteriormente realizado resultou fracassado para parte dos itens previstos no projeto, razão pela qual a Administração promove nova licitação exclusivamente para os itens remanescentes, mantendo as especificações técnicas aprovadas e adotando o agrupamento em lotes, visando ampliar a competitividade, otimizar a gestão contratual e assegurar a conclusão da estruturação do Centro de Educação Ambiental.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A aquisição dos equipamentos para o Centro de Educação Ambiental (CEA) de Iguaçu não se limita a suprir uma demanda logística; trata-se de um investimento estratégico e estruturante para a consolidação de políticas públicas de preservação ambiental e valorização dos recursos hídricos locais. O CEA será instalado no espaço do Centro Multiuso da Fonte do Senhor, em área de forte relevância cultural, histórica e ecológica, favorecendo a integração entre práticas educativas, turismo sustentável e engajamento comunitário.



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

3.1 – Os equipamentos demandados são fundamentais para a realização de atividades de educação ambiental críticas, participativas e acessíveis. Projetores, notebooks, tablets e equipamentos multimídia permitirão a realização de oficinas, formações, exposições, mostras interativas e campanhas educativas voltadas para estudantes, comunidades tradicionais e turistas. Recursos como óculos de realidade virtual, kits laboratoriais para análise de água e microscópios apoiarão atividades práticas de ciência cidadã, vinculando teoria e prática no cuidado com os recursos hídricos e a biodiversidade.

3.2 – A aquisição representa um investimento sólido e de longo prazo para o Município, pois permitirá ao CEA oferecer infraestrutura permanente para o desenvolvimento de programas educativos continuados. Com os equipamentos adequados, será possível estruturar oficinas de reciclagem, visitas guiadas, mutirões de limpeza de rios, monitoramento participativo da qualidade da água e trilhas interpretativas no entorno da Fonte do Senhor e do Morro do Espia. Essas ações fortalecerão a percepção ambiental da população e criarão oportunidades de aprendizado vivencial.

3.3 – A propriedade dos equipamentos garante estabilidade e continuidade das ações, minimizando riscos de interrupções por fatores externos e fortalecendo a autonomia da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Além disso, possibilita adequar as metodologias às necessidades locais e culturais, dialogando com a realidade das comunidades caiçaras, quilombolas, indígenas e agricultores familiares.

3.4 – A aquisição também promove inclusão e acessibilidade. Equipamentos multimídia, materiais didáticos adaptados e ferramentas interativas garantirão a participação de pessoas com deficiência e de públicos diversos, consolidando o CEA como um espaço democrático e inclusivo. Assim, o CEA não apenas difunde informações, mas transforma práticas sociais e ambientais no território.

3.5 – A escolha pela compra, em detrimento da locação, justifica-se pela natureza permanente das ações e pela necessidade de continuidade e autossustentabilidade do



PREFEITURA DE IGUAPE

Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Estância Balneária

CEA. O investimento em equipamentos próprios fortalece o patrimônio público municipal, amplia a vida útil dos recursos e garante maior economicidade a médio e longo prazo.

3.6 – A solução, portanto, exige a contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento dos equipamentos listados, assegurando que sejam novos, de qualidade comprovada e com garantia técnica. A estruturação física e pedagógica do CEA, possibilitada por essa aquisição, permitirá não apenas a implantação do espaço, mas sua consolidação como polo regional de referência em educação ambiental crítica, mobilização social e preservação dos recursos hídricos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Os bens/produtos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos no presente termo, por meio de especificações usuais de mercado;

4.2 - A licitação ocorrerá na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço por lote**, conforme agrupamento constante deste Termo de Referência;

4.3 – Os produtos deverão ser novos e com garantia de 12 meses.;

4.4 - A contratada será responsável pela entrega no Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Prefeitura de Iguape (Av. Maestro Moacir Serra, 2, Iguape - SP, 11920-000);

4.5 - O recebimento seguirá o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, com termo de recebimento provisório e definitivo;

4.6 - A licitante poderá apresentar proposta para um ou mais lotes, conforme seu interesse e capacidade de fornecimento;



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

4.7 - Os requisitos da contratação devem garantir que o Município receba produtos de boa qualidade testada e aprovada pelos órgãos de normatização e fiscalização, tais como INMETRO e ABNT;

4.8 - O Licitante somente será selecionado para ir à etapa de lances do LOTE que apresentar proposta de preços de acordo com as especificações mínimas deste Edital;

4.9 - A proposta deverá contemplar todos os itens integrantes do lote ofertado, respeitando integralmente as especificações técnicas, quantidades e unidades prevista;

4.10 - A proposta deverá conter apresentação de catálogo, descrição da marca oferta e o prazo de garantia de cada equipamento;

4.11 - Entregar os produtos solicitados em até 30 (trinta) dias úteis a contar da solicitação feita através de ordem de compra;

4.12 - O contrato terá a validade de cento e oitenta (90) dias, contados da sua assinatura.

4.13 - LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

a) Cede do Almoxarifado Central da Prefeitura de Iguaçu (RUA RICARDO KRONE Nº 720 VILA GARCÊZ – IGUAPE / SP. CEP: 1920-000);

b) Horário de entrega: das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30.

4.14 - RECEBIMENTO DO OBJETO

4.14.1 - O objeto será recebido: (art.140 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3.125 de 29 dezembro 2023).

I - Em se tratando de compras:

a) Provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15(quinze) dias, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, pelo prazo que não poderá ser superior a 90(noventa) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

4.14.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato. **(art. 140 §1º da Lei 14.133/2021).**

4.14.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. **(art.140 §2º da Lei 14.133/2021).**

4.15 - A contratada deverá se responsabilizar pelo transporte de todos os produtos, que deverão ser transportados de maneira segura, e que sejam entregues sem danos, avarias ou embalagens violadas;

4.16 - Os produtos não devem apresentar embalagens violadas, ou seja, abertas, amassadas, enferrujadas, estufadas ou com vazamentos;

4.17 - Os produtos deverão ser novos e de boa qualidade;

4.18 - A contratada deverá oferecer garantia de 12 meses para os produtos eletrônicos, ou conforme legislação.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

Comprovação da existência jurídica da licitante, por meio de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação da ata arquivada, bem como de suas respectivas alterações, se houver.

Documento oficial de identificação do representante legal, com foto.

5.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

(art. 68 da Lei nº 14.133/2021)

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND), nos termos do art. 195, §3º, da Constituição Federal;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto da licitação;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede da licitante;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Em todos os casos acima, será aceita certidão positiva com efeito de negativa. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser pertinente à atividade exercida pela licitante e aos tributos a ela incidentes.

5.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de feitos sobre falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de emissão não superior a **90 (noventa) dias** da data da abertura do certame, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

5.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, mediante apresentação de, no mínimo, **01 (uma) certidão ou atestado**, fornecido por pessoa jurídica de direito



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

público ou privado, que comprove o fornecimento satisfatório de mercadorias semelhantes às licitadas.

5.5 CATÁLOGO / FICHA TÉCNICA

A licitante deverá apresentar catálogo do produto, ficha técnica ou link do site do fabricante contendo marca, modelo e especificações técnicas completas dos itens ofertados.

Parágrafo único – A ausência do catálogo, ficha técnica ou link do site do fabricante poderá ensejar a desclassificação da proposta, caso inviabilize a análise da compatibilidade entre os produtos ofertados e as exigências constantes do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 – A execução do objeto será mediante o fornecimento integral dos equipamentos descritos neste Termo de Referência, observadas as especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos.

6.2 – A CONTRATADA deverá apresentar toda a documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira compatível com a execução do objeto, conforme exigido em edital.

6.3 – Após a emissão da requisição de compra e do respectivo empenho, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável definirá, por meio de ordem de fornecimento, os prazos e as condições para entrega.

6.4 – A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em local previamente designado pela Administração, sendo o endereço padrão o Almoxarifado Central da Prefeitura de Iguape (Rua Ricardo Krone, nº 720 – Vila Garcez, Iguape/SP), em dias úteis, das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30, mediante agendamento prévio.



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

6.5 – Os equipamentos deverão ser entregues novos, em perfeitas condições de uso, sem avarias ou embalagens violadas, acompanhados de manuais, cabos, acessórios e garantias.

6.6 – A CONTRATADA será responsável pelo transporte, seguro e acondicionamento adequado dos equipamentos até o local de entrega, garantindo sua integridade.

6.7 – A execução será concluída com o recebimento provisório, seguido da verificação de conformidade por comissão designada, e posterior recebimento definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

6.8 – A CONTRATADA deverá garantir assistência técnica durante o período de garantia legal ou contratual, comprometendo-se à substituição imediata dos itens que apresentarem defeitos de fabricação ou incompatibilidades com as especificações exigidas.

6.9 - A entrega deverá ocorrer de forma integral por lote, observando-se as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A fiscalização do contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, que acompanhará a entrega, conferência, qualidade e funcionamento dos equipamentos. A contratada deverá disponibilizar assistência técnica durante o período de garantia. Em caso de irregularidades, será emitida notificação com prazo para correção, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a data do ateste de conformidade, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, desde que a nota fiscal e os documentos exigidos estejam devidamente protocolados na plataforma 1Doc.



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

8.2. O pagamento ficará suspenso caso os produtos entregues apresentem não conformidades, sendo restabelecido somente após a regularização por parte da contratada, com substituição ou correção dos itens recusados.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- Modalidade: Pregão Eletrônico.
- Critério de julgamento: menor preço por LOTE.
- Participação permitida a empresas do ramo compatível, devidamente cadastradas no sistema eletrônico.
- A licitante deverá apresentar catálogo, descrição da marca ofertada e prazo de garantia.
- Os itens foram agrupados em lotes de acordo com sua natureza, compatibilidade técnica, segmento de mercado e logística de fornecimento, buscando ampliar a competitividade, racionalizar a fiscalização contratual e aumentar a probabilidade de êxito do certame, sem prejuízo da economicidade.

10. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

A planilha orçamentária consolidada, elaborada a partir de pesquisa de mercado, indica valores de referência compatíveis com o praticado pelo setor, assegurando economicidade. O valor total da contratação está limitado ao orçamento aprovado pelo FEHIDRO no Contrato nº 059/2025.



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE	QUANT	CUSTO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Lote 1 – Equipamentos Permanentes					
1	12.6121 - QUADRO BRANCO TIPO LOUSA, DE GRANDE DIMENSÃO, 200 X 120 CM; SUPERFÍCIE EM CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA REVESTIDA COM PELÍCULA VITRIFICADA BRILHANTE NA COR BRANCA; MOLDURA EM ALUMÍNIO NATURAL; SUPORTE PARA APAGADOR INTEGRADO, EM ALUMÍNIO, COM 25 CM DE COMPRIMENTO;	unid	4	R\$ 690,00	R\$ 2.760
2	12.6128 - MESA DIGITALIZADORA/MESA DE LUZ LED; ÁREA DE TRABALHO: TAMANHO A2 (APROX. 20,47" X 12,6"); ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA: BIVOLT 110V - 220V, 50/60HZ; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 5V; CONEXÃO: PORTA MICRO-USB; ESTRUTURA: PAINEL DE ILUMINAÇÃO LED ULTRAFINO, COM SUPERFÍCIE RÍGIDA E RESISTENTE; DIMENSÕES DA EMBALAGEM: 660 X 410 X 50 MM;	unid	2	R\$ 1.040,00	R\$ 2.080,00
3	12.6131 - ÓCULOS DE REALIDADE VIRTUAL (HEADSET VR) COM FONES DE OUVIDO INTEGRADOS); CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO INTERNO: 128 GB; EQUIPAMENTO ALL-IN-ONE, NÃO REQUERENDO CONEXÃO PERMANENTE A PC OU CONSOLE PARA FUNCIONAMENTO; TELA LCD INTEGRADA, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1832 X 1920 PIXELS POR OLHO; PROCESSADOR DE ALTO DESEMPENHO, ADEQUADO PARA APLICAÇÕES IMERSIVAS EM REALIDADE VIRTUAL; SISTEMA DE RASTREAMENTO MANUAL INTEGRADO, SEM NECESSIDADE DE SENSORES EXTERNOS; CONECTIVIDADE SEM FIO: BLUETOOTH E WI-FI; CONTROLES INCLUSOS: DOIS CONTROLADORES DE MOVIMENTO SEM FIO COM ALÇAS AJUSTÁVEIS; ITENS DE FÁBRICA DEVEM INCLUIR: HEADSET DE REALIDADE VIRTUAL; DOIS CONTROLADORES DE TOQUE; DUAS PILHAS AA; CAPA DE SILICONE; ESPAÇADOR PARA ÓCULOS; CABO DE CARREGAMENTO; ADAPTADOR DE ENERGIA; PESO APROXIMADO: 830 G; DIMENSÕES APROXIMADAS: 41,6 X 19,3 X 12,7 CM; ESTRUTURA EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM ACABAMENTO NA COR BRANCA; FONTE DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA RECARREGÁVEL (COM ADAPTADOR INCLUSO).	unid	4	R\$ 4.366,33	R\$ 17.465,32
4	12.6134 - TRITURADORA/FRAGMENTADORA DE PAPEL E CARTÃO - CORTE EM PARTÍCULAS. TIPO DE CORTE: PARTÍCULAS (CORTE TRANSVERSAL), CONFORME NORMA DIN 66399, NÍVEL P4; CAPACIDADE MÍNIMA DE TRITURAÇÃO: 25 FOLHAS DE PAPEL A4 (70G/M²) POR PASSAGEM; CAPACIDADE DE CORTE: PAPEL, CARTÕES PLÁSTICOS, CLIPES E MÍDIAS (CD/DVD); TAMANHO DO CORTE: MÁXIMO DE 4 X 40 MM; LARGURA DE INSERÇÃO: MÍNIMO DE 220 MM; VELOCIDADE	unid	1	R\$ 2.565,58	R\$ 2.565,58



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

	MÍNIMA DE CORTE: 2,5 M/MIN; CAPACIDADE DO CESTO: MÍNIMO DE 30 LITROS, REMOVÍVEL; CICLO DE TRABALHO CONTÍNUO: MÍNIMO DE 30 MINUTOS, COM SISTEMA DE RESFRIAMENTO E PROTEÇÃO CONTRA BRECARGA/SUPERAQUECIMENTO; FUNÇÕES: INÍCIO/PARADA AUTOMÁTICA, REVERSÃO AUTOMÁTICA, PARADA AUTOMÁTICA COM CESTO CHEIO E SENSOR DE PRESENÇA DE PAPEL; ESTRUTURA COM RODÍZIOS PARA MOBILIDADE; POTÊNCIA MÍNIMA: 550W; ALIMENTAÇÃO: BIVOLT (110/220V, 60HZ);				
Lote 2 – Materiais de Consumo e Suprimentos					
5	12.6138 - KIT TATAME EVA: COMPOSIÇÃO: 20 PEÇAS; DIMENSÕES DE CADA PEÇA: 50 CM X 50 CM X 2 CM (20 MM DE ESPESSURA); ÁREA TOTAL COBERTA: 5,0 M² (COM 20 PEÇAS); BORDAS: 2 BORDAS POR TATAME (INCLUSAS); CARACTERÍSTICAS: PRODUTO DE ALTA QUALIDADE; MELHOR E.V.A. DO MERCADO; 100% ATÓXICO; CERTIFICAÇÃO: EMPRESA CERTIFICADA ISO 9001 (GARANTIA DE QUALIDADE E CONFIABILIDADE).	unid	4	R\$ 500,26	R\$ 2.001,04
6	36.4088 - KIT DE TESTE DE ÁGUA POTÁVEL 16 EM 1 (100 TIRAS). KIT COM 100 TIRAS DE TESTE DE ÁGUA; REALIZA A ANÁLISE DE 16 PARÂMETROS: PH, DUREZA, ALCALINIDADE TOTAL, NITRITO, NITRATO, CLORO LIVRE, CLORO TOTAL, BROMO, FLUOR, FERRO, COBRE, CHUMBO, MERCÚRIO, CROMO, CARBONATO E ÁCIDO CIANÚRICO; TEMPO DE LEITURA: 60 SEGUNDOS; MATERIAL: PAPEL INDICADOR EM SUPORTE PET; EMBALAGEM: CAIXA/BOLSA COM 100 TIRAS; DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM: 15 CM X 6 CM X 6 CM; PESO APROXIMADO: 94 G; APLICAÇÕES: ÁGUA POTÁVEL, POÇO, SUBTERRÂNEA, TORNEIRA, PISCINA, SPA, AQUÁRIO, LABORATÓRIO E ÁGUA INDUSTRIAL.	unid	80	R\$ 211,41	R\$ 16.912,80
7	36.4090 - UNIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE IMAGEM/UNIDADE DE CORREIA; COMPATIBILIDADE: IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS A LASER COLORIDAS, MODELOS:HL-L8360CDW; MFC-L8610CDW; MFC-L8900CDW; MFC-L9570CDW; RENDIMENTO ESTIMADO: ATÉ 50.000 PÁGINAS (CONSIDERANDO COBERTURA PADRÃO DE 5% EM PAPEL A4); CONDIÇÃO: PRODUTO NOVO, ORIGINAL DE FÁBRICA; EMBALAGEM: LACRADA, COM IDENTIFICAÇÃO DO LOTE E VALIDADE.	unid	5	R\$ 2.200,00	R\$ 11.000,00
Lote 3 – Placa do empreendimento					
8	35.0213 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA 24M, EM CHAPA GALVANIZADA, COM ESTRUTURA DE MADEIRA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA. A ARTE SERÁ FORNECIDA PELA CONTRATANTE.	serv	1	R\$ 6.926,67	R\$ 6.926,67
TOTAL					R\$ 61.711,41



PREFEITURA DE IGUAPE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Estância Balneária

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa será custeada com recursos provenientes do Contrato FEHIDRO nº 059/2025. Para execução da despesa, a Prefeitura deverá realizar previamente a **reserva orçamentária e o empenho** dos valores correspondentes em dotação específica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável. O pagamento aos fornecedores será efetuado com recursos do município, e posteriormente o FEHIDRO liberará a parcela reembolsando a despesa realizada.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor do contrato: Selma Xavier Pontes

Secretária Municipal de Desenvolvimento Sustentável

[Redacted signature]

Fiscal do Contrato: Larissa Collaço Costa

Assessor I

[Redacted signature]

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo de Referência servirá de base para elaboração do edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Permanente de Licitação e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

Iguaçu, 17 de setembro de 2026.

Selma Xavier Pontes

Secretária Municipal de Desenvolvimento Sustentável



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E917-62D3-A021-0402

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANTONIO MATHEUS DA VEIGA NETO (CPF 348.XXX.XXX-79) em 22/10/2026 09:07:11 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JOÃO BATISTA DAMASIO NETO (CPF 429.XXX.XXX-88) em 22/10/2026 09:47:18 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://iguape.1doc.com.br/verificacao/E917-62D3-A021-0402>